



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS PROF. DR. SÉRGIO JACINTHO LEONOR
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

JÉSSICA DA CUNHA E SILVA BRAGA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COM A COMUNIDADE DO
SUDESTE DO TOCANTINS E NORDESTE GOIANO**

**ARRAIAS (TO)
2021**

JÉSSICA DA CUNHA E SILVA BRAGA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COM A COMUNIDADE DO
SUDESTE DO TOCANTINS E NORDESTE GOIANO**

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Arraias, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Pedagogo e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B813f Braga, Jéssica da Cunha e Silva .

A função social da universidade pública com a comunidade do sudeste do Tocantins e nordeste goiano. / Jéssica da Cunha e Silva Braga. – Arraias, TO, 2021.

74 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Arraias - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientador: Erasmo Baltazar Valadão

1. Universidade Pública. 2. Comunidade. 3. Extensão. 4. Emancipação. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

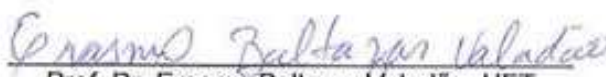
Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

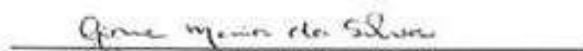
JÉSSICA DA CUNHA E SILVA BRAGA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA COM A COMUNIDADE
DO SUDESTE DO TOCANTINS E NORDESTE GOIANO**

Trabalho submetido ao Colegiado do
Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Tocantins,
Campus Universitário de Arraias, em
cumprimento parcial para obtenção
do título de Pedagoga à Jéssica da
Cunha e Silva Braga.

Data de aprovação: 23/02/2021


Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão, UFT
Orientador


Prof.ª Dr.ª Giane Maria da Silva, UFT
Professora Avaliadora 1


Prof.ª Dr.ª Jorgeanny de Fátima Rodrigues Moreira, UFT
Professora Avaliadora 2

Arraias- TO, 23 de fevereiro de 2021

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a todos os profissionais da educação, que trabalham na educação superior e aos estudantes, que acreditam que o mundo se transforma por meio do Conhecimento e da Educação Emancipatória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois com muita fé e perseverança eu consegui chegar aqui.

Aos meus pais, Cenir da Cunha e Silva e Luciano Siqueira Braga, mesmo diante de tantas dificuldades financeiras, trabalharam em prol de oportunidades melhores para a filha única do casal.

Agradeço também ao meu namorado, André Ribeiro Costa, e à minha tia Elivania Siqueira Braga, que tanto me incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos e de estar sempre estudando.

Agradeço também ao meu orientador, Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão, que tanto me ajudou na construção do meu trabalho de conclusão de curso (TCC) e me fez olhar para a sociedade como um conjunto de carências e problemas sociais, no qual a Universidade tem um papel a se cumprir e que todo contexto histórico, cultural e social deve ser pensado de maneira reflexiva.

Agradeço aos meus colegas de curso por terem me incentivado a buscar cada vez mais conhecimentos, especialmente Anair Francisco da Cunha, Cintia Bispo de Jesus, Lorrany Francisca de Souza e aos demais.

Agradeço, em especial, ao Prof. Esp. Hugo Junio Ferreira de Sousa, que exerceu o seu papel nesta disciplina de TCC e que tanto acredita no meu potencial de futuramente prestar um Mestrado na área da Educação.

Minha gratidão também aos componentes da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Giane Maria da Silva e Prof.^a Dr.^a Jorgeanny de Fatima Rodrigues Moreira, que trouxeram contribuições para com este trabalho ficasse ainda melhor.

Agradeço também a todo cidadão brasileiro que lutou e que ainda luta em busca de melhores condições para a sociedade, aquele cidadão que luta pelos seus direitos sociais.

Estou na caminhada de uma formação, diante de muitas que estão por vir, e, hoje, sou grata por estar formando em graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Pública e de qualidade.

Agradeço a todos aqueles que foram meus professores da Educação Básica, Ensino Técnico e Educação Superior, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

Este estudo apresenta a função da Universidade Pública com a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, sendo uma instituição de ensino, pesquisa e extensão com a responsabilidade de transformar a realidade social dos moradores da cidade de Arraias - Tocantins e Região. Diante deste fato, objetivou-se analisar as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão. Pesquisar o contexto sócio-histórico-cultural da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, levantar os projetos de extensão desenvolvidos pela universidade, averiguar se estão cadastrados e analisar a relação da universidade com as comunidades das regiões mencionadas. A natureza deste trabalho monográfico é de característica qualitativa de abordagem descritiva. Assim, como referenciais teóricos, buscou-se um diálogo entre os autores Paulo Freire (1983), Luiz Fernandes Dourado (2002), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Erasmo Valadão (2018), entre outros. Esta pesquisa foi realizada na Universidade Federal do Tocantins do Campus de Arraias e Comunidade, cujos participantes são os professores, administradores, técnicos da universidade e pessoas que residem na comunidade da região do Sudeste do Tocantins e do Nordeste Goiano, pessoas que participaram dos projetos de extensão da UFT. Observa-se que esta pesquisa trata a Universidade como uma instituição que trabalha com a indissociabilidade entre a Pesquisa, o Ensino e a Extensão, sendo que estes são os elementos para Universidade Pública. A Universidade Federal tem um papel social de trabalhar junto com a comunidade para amenizar os problemas sociais enfrentados pela sociedade, principalmente quando se trata de uma comunidade marcada por um alto índice de desigualdade social.

Palavras-Chaves: Universidade Pública, Comunidade, Extensão, Emancipação.

ABSTRACT

This study presents the function of the Public University with the Community of the Southeast of Tocantins and Northeast Goiano, being an institution of education, research and extension with the responsibility of transforming the social reality of the residents of the city of Arraias - Tocantins and Region. Given this fact, the objective was to analyze the actions developed by the University through the extension projects. Research the socio-historical-cultural context of the Southeast region of Tocantins and Northeast Goiano, survey the extension projects developed by the university, investigate if they are registered and analyze the university's relationship with the communities of the mentioned regions. The nature of this monographic work is of qualitative characteristic of descriptive approach. Thus, as theoretical references, a dialogue was sought between the authors Paulo Freire (1983), Luiz Fernandes Dourado (2002), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Erasmo Valadão (2018), among others. This research was conducted at the Federal University of Tocantins of the Campus of Arraias and Comunidade, whose participants are professors, administrators, university technicians and people residing in the community of the Southeast region of Tocantins and the Northeast of Goiano, people who participated in the UFT extension projects. It is observed that this research treats the University as an institution that works with the indissociability between Research, Teaching and Extension, and these are the elements for Public University. The Federal University has a social role to work together with the community to alleviate the social problems faced by society, especially when it comes to a community marked by a high rate of social inequality.

Keywords: Public University, Community, Extension, Emancipation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Região do Sudeste do Tocantins.....	11
Figura 2 - Mapa da Região do Nordeste Goiano	12
Figura 3 - Três tripés das Universidades Brasileiras.....	14
Gráfico 1 - Projetos de Extensão desenvolvidos nos últimos 5 anos.....	53
Quadro 1 - Os Projetos de Extensão cadastrados no SIGPROJ nos últimos 5 anos, da Universidade Federal do Tocantins - Campus Arraias.....	56

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Taxa de Analfabetismo da população com 15 anos ou mais.....	22
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
EaD	Educação à Distância
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais - Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PROFMAT	Programa de Mestrado Profissional em Matemática
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UnB	Universidade de Brasília
UNIAFRO	Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola
UNITINS	Universidade do Estado do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO SUDESTE DO TOCANTINS E DO NORDESTE GOIANO	17
2.1	Uma das diversas histórias de Arraias	18
2.2	Uma breve contextualização histórica da transição da Unitins para o atual Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor – Arraias/TO.....	23
3	HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	27
3.1	O conceito contemporâneo de Universidade	27
3.2	O processo histórico do surgimento das Universidades Federais no Brasil	31
3.3	O Papel das Universidades Públicas Brasileiras por meio da Extensão	38
3.4	Legislações que conduzem a Extensão Universitária	43
3.5	A Universidade Pública na perspectiva de uma educação crítica emancipadora.....	45
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
4.1	Sujeitos e região da pesquisa	49
4.2	Instrumentos e Procedimentos para a coleta de dados	50
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	52
5.1	Os Projetos de Extensão da UFT Campus Arraias em parceria com a comunidade.....	52
5.2	Perspectivas da universidade em relação à comunidade	55
5.3	Perspectivas da comunidade em relação à universidade	59
6	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	64
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICES	71
	ANEXOS	73

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem o propósito de investigar a função da Universidade Pública com a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, sendo que a Universidade Federal do Tocantins (UFT) é uma instituição pública que tem o dever social de contribuir com a comunidade local, mediante o ensino, a pesquisa e extensão universitária.

A UFT está localizada na região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, inserida em uma cidade com quase 11 mil habitantes (dados colhidos pelo IBGE 2020) e marcada por acontecimentos históricos da exploração da mão de obra de escravos, no qual hoje, em áreas urbanas, rurais e quilombos, residem Afrodescendentes.

A Universidade Federal na cidade de Arraias é um privilégio para a comunidade e para a região, por haver poucos habitantes, além disso, torna-se um direito das pessoas que moram na cidade e em seu entorno. E analisando todo território brasileiro, UFT é a única Universidade Pública do país inserida em uma cidade com poucos habitantes, esta tem uma boa estrutura, organização educacional e com ótimos profissionais.

O Estado do Tocantins possui sete Campus da Universidade Federais, sendo uma na Capital Palmas, e em outros seis nos municípios de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.

Figura 1. Mapa da Região do Sudeste do Tocantins



Fonte: <https://saude.to.gov.br/>.

Figura 2. Mapa da Região do Nordeste Goiano



Fonte: <https://www.blogantonioCarlos.com/2016/06/opinioao-nordeste-goiano-injusta.html>.

A instituição da UFT do Campus de Arraias contém os Cursos Presenciais, Educação à Distância (EaD), Curso de Pós-graduação, Cursos de Formação de Professores e outros. Os cursos presenciais são de Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Educação do Campo - Habilitação em Artes e Música, Tecnólogo em Turismo Patrimonial e Socioambiental, Bacharelado em Direito.

O Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, oferece também cursos de graduação a distância (modalidade semipresencial, EaD/UAB), como: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Matemática. Na área de Pós-graduação stricto sensu (Mestrados) tem o Programa de Mestrado Profissional em Matemática – ProfMat.

A UFT Campus de Arraias é formada por docentes, discentes e servidores técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados. O campus contém o Bloco de salas de aula; Prédio da Cantina Universitária; Bloco PARFOR, Protocolo, Coordenação dos Cursos; Secretaria Acadêmica; Sala do Projeto Tocantins Digital; Bloco de Apoio Logístico Administrativo – BALA.

A Infraestrutura Acadêmica é formada por Laboratórios de Informática (LABIN); Laboratórios do curso de Biologia a Distância; Laboratórios de Educação Matemática (LEM); Laboratório de Práticas Pedagógicas (LAPPE); Laboratório Interdisciplinar de Multimídia,

Tecnologia da Formação e Comunicação (LIMITIC); Laboratório de Ecoturismo; Centro de Eventos; Brinquedoteca; e o Prédio da Biblioteca.

A educação enquanto espaço dentro de uma comunidade deve promover práticas sociais que interfiram diretamente na vida das pessoas. Tornando-se uma instituição que faz trocas de conhecimentos com a comunidade, principalmente quando trata dos aspectos sociais e culturais.

Segundo o Paulo Freire (1983), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” (FREIRE, 1983, p. 46)

De acordo com o Freire (1983), para haver uma educação é necessário diálogo entre as pessoas, sendo que o conhecimento não pode ser algo dado para alguém, mas sim mediado, pois este é o conhecimento que dá sentido à vida dos sujeitos.

É necessário entender o surgimento das universidades no Brasil e em especial as universidades federais que passaram por um longo processo para chegar nos objetivos atuais de autonomia, para o trabalho entre ensino, pesquisa e a extensão. Vale ressaltar que o Campus Universitário de Arraias também passou por mudanças, pois antes tinha a presença da Unitins na cidade, que hoje passa a ser a Universidade Federal do Tocantins. Assim, este estudo apresenta um pouco deste processo de transição de uma universidade estadual para federal.

Conforme as leis que regem a educação superior, todas as Universidades Federais Brasileiras precisam do trabalho integral com a população. Se não trabalhar com o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, a instituição não estará realizando sua função social e de formação democrática.

A Educação funciona não somente na sala de aula, mas também no seu espaço externo. Professores e estudantes têm a responsabilidade de fazer a universidade funcionar, fazendo Ensino (reflexão, diálogo e teoria), Pesquisa (investigação) e Extensão (retorno para a comunidade) que permite a junção de todos os elementos para contribuir com a sociedade externa, assim este trabalho é indissociável.

Figura 3. Três tripés das Universidades Brasileiras



Fonte: <https://posgraduando.com/ensino-pesquisa-extensao/>.

A Extensão Universitária serve para colocar em ação o que foi aprendido na teoria, pois são por meio da prática que os estudantes estarão ampliando os seus conhecimentos durante a formação. Para Carvalho (2010), a extensão na universidade pública:

[...] juntamente com o ensino e a pesquisa, faz parte de um conjunto de ações pertinentes à sua missão institucional. Esses três componentes da vida universitária deveriam se constituir em ancoragens para a produção e a socialização do conhecimento científico. A extensão se tornou o melhor lugar da mediação entre as práticas acadêmicas e as demandas da sociedade, de modo a permitir o diálogo entre a sabedoria popular e a científica. (CARVALHO, 2010, p. 13)

De acordo Carvalho (2010), a extensão é um conjunto da pesquisa e de ensino, sendo uma prática que deveria ser desenvolvida pela universidade e por meio destes se constroem trabalhos científicos e devem ser expandidos para as pessoas. E a extensão permite a mediação entre ações acadêmicas e as necessidades da sociedade, fazendo um encontro entre educação popular e educação acadêmica.

A Instituição Pública é um espaço coletivo que recebe recursos financeiros da população, entendemos então que a universidade precisa dar um retorno para a comunidade que tanto luta por melhorias sociais. E são por meios dos Projetos de Extensão que a universidade contribui para melhores condições de vida das pessoas.

As Universidades Públicas Brasileiras têm liberdade/autonomia, pois, de acordo com o Artigo 207 da Constituição Federal de 1988, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.” (EC nº 11/96)

Segundo a Constituição Federal de 1988, as Universidades têm o poder da liberdade do ensino-aprendizagem acadêmico, gestão organizada, gestão de recursos financeiros e materiais, sendo que não pode ocorrer o distanciamento entre as três bases da educação superior.

Sendo assim, estamos diante de uma sociedade capitalista, reprodutora da desigualdade social, mas que a escola tem um papel de instrumento de preparação, motivação e valorização dos indivíduos.

A Educação, segundo Paulo Freire (2006), permite que nós humanos “ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica”. (FREIRE, 2006, p. 30)

Sendo assim, conforme Freire, é necessário preparar o homem para pensar, sendo o papel fundamental da Educação fazer com que os sujeitos pensem sobre a realidade em que eles vivem. Compreender as questões políticas, econômicas inseridas no sistema capitalista a que estamos submetidos.

É importante que a instituição social deixe de ser um instrumento de acumulação de informações e torna-se um meio em que circula conhecimentos, de forma que analise os fatos com criticidade.

Entretanto, devido à autonomia dada a universidade pública em intervir com ações de projetos de extensão com a comunidade, a problemática desta pesquisa buscou-se descobrir qual é a distância entre a Universidade Federal do Tocantins-Campus Arraias com a comunidade, pois resulta-se na falta de trabalho de extensão ou na desarticulação deste trabalho?

Sendo assim, este estudo chega em uma resposta, mostrando que sim há uma distância entre a universidade e a comunidade, esse resultado começa aparecer por meios dos dados colhidos da pesquisa e também por meio observações das análises dos projetos de extensão desenvolvidos pela UFT.

Como resposta para essa pergunta, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão. Os objetivos específicos são de pesquisar o contexto sócio-histórico-cultural da região Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, levantar os projetos de extensão desenvolvidos pela universidade, averiguar se estão cadastrados no SIGProj e analisar a relação da universidade com as comunidades das regiões mencionadas.

Este trabalho está organizado em seis seções: a primeira, com a introdução, em que expomos o que está sendo discutido no trabalho. A segunda parte abordamos a fundamentação teórica, em que destacamos uma breve contextualização sócio-histórico-cultural do sudeste do Tocantins e do nordeste Goiano, um breve histórico de Arraias e a transição da Unitins para a Universidade Federal.

A terceira destacamos um breve percurso histórico do surgimento das universidades federais do Brasil: seu processo de extensão universitária em uma perspectiva emancipatória e suas legislações, o conceito de Universidade nos tempos atuais, o processo histórico do surgimento das Universidades Federais no Brasil, o papel das Universidades Públicas brasileiras, Legislações que regem a Extensão Universitária e a Universidade Pública na perspectiva de uma educação crítica emancipadora.

A quarta salientamos a Metodologia da Pesquisa, no qual, mostra-nos os instrumentos utilizados para a realização deste trabalho. A quinta analisamos os resultados obtidos por meio de entrevistas e questionários on-line. E, por fim, a última seção que enfatizamos as considerações finais e as referências.

Sendo assim, esta pesquisa fundamenta-se em estudos realizados por autores como Paulo Freire (1983), Luiz Fernandes Dourado (2002), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Erasmo Valadão (2018), entre outros, que nos ajuda a entender melhor o papel social da universidade pública. E para levantar dados, pesquisar e desenvolver políticas públicas para mudar o quadro atual destes projetos de extensão.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL DA REGIÃO SUDESTE DO TOCANTINS E DO NORDESTE GOIANO

Para entender a Universidade é necessário conhecer o espaço, a cultura e a sociedade em que a mesma encontra-se inseridas, sendo assim, o propósito desta seção é de apontar reflexões que nos levam a compreender o processo histórico da cidade de Arraias- Tocantins, mostrando que Arraias é uma cidade carregada de traços históricos marcados pela exploração dos escravos, pois é possível encontrar sertanejos nativos que moram nas comunidades Quilombolas e lutam para preservar a sua cultura afrodescendente.

De acordo com Farias (2013), Arraias é conhecida como:

"Cidade das Colinas", Arraias é cercada por muitas destas formações dentro do município. Na arquitetura da cidade predomina o estilo colonial português. Nas casas mais antigas podem-se encontrar as iniciais dos patriarcas das famílias que as construíram e o ano em que foram construídas. (FARIAS, 2013, p. 82)

Conforme Farias (2013), Arraias é conhecida por Colinas por manter traços da período colonial, pois é possível observar que no município ainda existe casarões com os mesmos modelos da antiguidade, com iniciais de letras e ano expostas na frete dos casarões, além disso, ainda presente os muros de pedras pelos cantos do município e alguns desses foram construídos no período colonial.

Arraias é considerada a cidade mais alta do Estado do Tocantins, encontra-se localizada na região Norte do Brasil, entre a região do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano que é formado por municípios como Paranã – TO, Conceição – TO, Taipas do Tocantins, Novo Alegre – TO, Lavandeira – TO, Combinado – TO, Aurora do Tocantins, Taguatinga – TO, Ponte Alta do Bom Jesus – TO, Novo Jardim – TO, Dianópolis – TO, Porto Alegre do Tocantins, Almas – TO, Rio da Conceição – TO, Chapada da Natividade – TO, Natividade – TO, Palmeirópolis do Tocantins, Pindorama do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Campos Belos – GO, Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante - GO, Colina do Sul - GO, Monte Alegre - GO, Nova Roma - GO, Terezinha - GO e São João da Aliança – GO.

Para entender o conceito da palavra “região”, segundo o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa (2011, p. 1176), entre a definição da palavra região significa “grande extensão de terras” no qual, “território que se distingue de outros por características particulares de climas, produção, população, aspecto físico, posição geográfica etc.” Aponta

ainda que “cada uma das cinco regiões geográficas em que se divide o Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul”.

A Magda Costa (2018), como referência teórica desta pesquisa, desenvolveu na sua tese de doutorado cujo título é “Poder Local em Tocantins: Domínio e Legitimidade em Arraias” fez um estudo histórico da cidade de Arraias, dizendo que:

O município nasceu e permanece em território goiano por mais de duzentos anos. Em 1989, passou a pertencer ao mais novo estado brasileiro, Tocantins. Embora integrasse uma nova estrutura político-administrativa, Arraias resistiu à modernização política e institucional, e conservou as velhas raízes do coronelismo. (COSTA, 2008, p. 62).

Segundo Costa (2008), mesmo diante da mudança do município de Arraias que deixou de pertencer ao Estado do Goiás e passou a pertencer ao Estado do Tocantins ainda resistiu as características políticas do coronelismo, em que a elite política local controlava a ordem social de acordo com os seus próprios interesses.

A cidade de Arraias tem uma distância de 414,7 km da cidade de Palmas e 437, 7 km de Brasília, e se encontra entre as 20 maiores cidades do Estado do Tocantins. Incluindo a zona urbana e rural a cidade tem quase 11 mil habitantes (dados do IBGE de 2020) e com marcas de 280 anos de história. Arraias é um município com muito potencial turístico para se efetivar como pontos atrativos turísticos.

No município de Arraias encontramos pontos históricos como a Gruta da Lapa, a Chapada dos Negros, entre outros. Além disso, a cidade é marcada por eventos religiosos como da Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora das Candeias, Os doze dias do Projeto de Vida, entre outros. Tem festejos também, como o carnaval, a festa de setembro que recebem comerciantes e pessoas de outras regiões.

A Região Arraias é conhecida como cidade das Colinas por causa das formações geológicas e rochosas sedimentares, com altura de até 300 metros, sendo que, a cidade apresenta o bioma do cerrado que possui o clima tropical úmido com duas estações distintas.

2.1 Uma das diversas histórias de Arraias

A história do surgimento da cidade de Arraias é um pouco extensa para compreender de imediato, pois são diversos registros, documentos históricos e marcas encontradas por cantos da cidade que nos contam as suas histórias. É com olhar mais crítico diante dos traços

culturais e ruínas existentes que compreendemos a verdadeira história da exploração da mão de obra de escravos no município.

Pretendemos, então, tomar o cuidado de relatar os acontecimentos históricos de uma cidade histórica que tem consigo uma cultura complexa, que chega a diversas interpretações, pois, segundo alguns relatos, antes do período de escravidão, existiam índios morando na região.

Relatar um contexto sócio-histórico-cultural é discutir sobre povos marcado por lutas, lutas por uma história, por uma cultura, pelos seus direitos e pela sobrevivência. E a Universidade Federal do Tocantins do Campus de Arraias, inserida nesta região precisa compreender o contexto cultural, social e histórico do município, relacionando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, conforme as necessidades deste povo com uma educação emancipatória.

A tese de Costa (2008), revela os elementos envolvidos no surgimento da cidade de Arraias, que se deu na “descoberta do ouro”, em 1736, foi quando descobriu o garimpo do ouro na Chapada dos Negros, com a vinda de negros do Estado da Bahia trazendo a cultura heterogênea.

Conforme Costa (2008), foi o governador D. Luís de Mascarenhas que fundou Arraias em 1740, que formou um povoado que logo se formou um centro urbano. E diante de uma sociedade moderna no município de Arraias pouco tem mudado, pois características de desemprego, analfabetismos, situações precárias dos sertanejos, quilombolas ainda continuam.

Com relação à nomenclatura da cidade, é existente nas diversas estórias contadas pelos mais velhos, que trazem consigo várias versões que giram por gerações de anos. Mas, de acordo com Costa (2008), o nome Arraias surgiu com ajuda do Capitão Felipe Antônio Cardoso, por ver que a cidade parecia um Arraial de sertanejos.

A cidade das colinas, Arraias, é um município em que poucos jovens conhecem as suas histórias e estórias, no qual as pessoas mais velhas guardam consigo a herança e a recordação que devem ser estudadas, preservadas e passadas para as gerações futuras.

Costa (2008), discute que devido às condições de vida das pessoas que moram nas zonas rurais, essas saem de suas casas para irem para a cidade grande como Goiânia e Brasília, na busca de melhorias, emprego, e quando isso não ocorre elas retornam para o interior, e se acomodam na periferia da cidade de Arraias.

Uma situação vista pela Costa no ano 2008 ainda é presente no ano de 2021, pois Costa (2008), retrata o sertão como:

As conquistas sociais dos sertanejos que lá vivem são insignificantes diante das dificuldades que enfrentam. A comunidade recebe assistência médica no “postinho de saúde”, cujo estabelecimento precário oferece apenas uma oportunidade de atendimento mensal. A comunidade possui escolas rurais em um raio de entre seis e doze quilômetros, distância grande demais para as crianças cobrirem a pé. Dentro das salas de aula, são poucos ou inexistentes os recursos didáticos e pedagógicos. As turmas são multisseriadas, com alunos de vários níveis e faixas etárias. E os professores não têm graduação, ou seja, condição mínima para o exercício do magistério, segundo a LDB 9394/96. (COSTA, 2008, p. 66).

De acordo com Costa (2008), diante de tantas lutas, os moradores do sertão arraiano ainda se encontram em situação de precariedade, sendo que a assistência médica ocorre no postinho de saúde, que tem hoje somente no povoado da Cana Brava e na zona urbana da cidade.

Existem escolas nas zonas rurais, porém estão distantes das casas dos estudantes, no qual, muitas dessas crianças precisam ir a pé para assistirem as aulas. Quando há transporte escolar, esses estragam constantemente. As salas são multisseriadas e com poucos recursos didáticos para o ensino. E diversos professores mal têm uma formação da educação básica e não têm uma graduação, um curso superior, indo contra a Lei de Diretrizes e Bases Nacional nº 9394/96.

Além disso, as escolas do campo correm o risco de serem fechadas, pois, em 2007, no município de Arraias tinha 40 escolas ativas e em 2016 tinham 16 escolas ativas, últimos dados apresentados pelo MEC/INEP 2016. Acredita-se que um dos motivos desse quadro seja a migração das pessoas para a zona urbana, que deixam suas casas na zona rural para morar na cidade em busca de uma vida melhor.

Costa (2008, p. 66), relata sobre os meios de renda financeiros destes sertanejos, no qual, eles plantam alimentos de baixo custo, como milho e a mandioca. Muitos preferem comprar alimentos industrializados, a ter o trabalho de plantar e colher. E custear suas despesas, por meio do Bolsa Família e alguns a aposentadoria. Há falta de recurso do estado em investimento e formação para os trabalhadores do campo, falta de insumos, tecnologias, máquinas agrícolas.

Há muitas mazelas encontradas em Arraias - TO, começando pelo poder político, no qual para encontrar um emprego na cidade precisa conhecer alguém que conhece o prefeito, além de precisar trabalhar para o prefeito no período de eleição, ao invés de haver concursos públicos.

A Cidade de Arraias tem 280 anos, sendo marcada fortemente por acontecimentos passados, pois as diferentes formas de exclusão social de antigamente, influenciam hoje diretamente na vida dos sujeitos, perdurando a desigualdade social.

A presente cidade, apesar de ser marcada pela exclusão social, foi privilegiada em receber uma universidade federal no seu território abrangendo cidades do sudeste do Tocantins e nordeste Goiano.

A História da Cidade de Arraias faz parte da história do Brasil, porque a mesma é contada em histórias de antepassados, de um período de exploração das terras brasileiras e dos negros afro-brasileiros. Como diz o professor Valadão (2018), “o Brasil encontra-se frente a uma encruzilhada: assumir a sua história, reparando os erros do passado, ou terá que reprimir a violência com armas que mais potencializariam a destruição”. (VALADÃO, 2018, p. 67)

De acordo com Valadão, compreendemos que o Brasil encontra-se em um caminho sem rumo, que tenta consertar acontecimentos passados, no qual terá que aceitar a sua história, corrigir suas falhas ou partir para a violência com uso de armas que trará destruição.

Apesar de tantos acontecimentos históricos, que remete tristeza e atraso a nossa civilização, hoje o pobre tem acesso a alguns de seus direitos, mas tudo foi conquistado por meios de luta e a universidade pública em Arraias veio para suprir um dos anseios da sociedade. Sendo assim, Valadão (2018), relata que:

A universidade chegou nesta região de forma tardia, acumulando herança de expropriação e subjetivação deste período histórico, que contou com a escravidão como modo de produção econômico e espalhou as ideologias de enfraquecimento da população escravizada, justamente para manter a escravização. Sem essa consciência corre-se o risco de praticar uma educação que despotencializa a força destas populações, perdendo com isso a oportunidade de ser um instrumento de emancipação. (VALADÃO, 2018. p. 68)

De acordo com Valadão (2018), a universidade chegou muito tarde para a região de Arraias ainda dependente histórico de escravidão fundada em ideias que mantinham a exploração da mão de obra e de elementos de subjetivação que enfraqueciam a população.

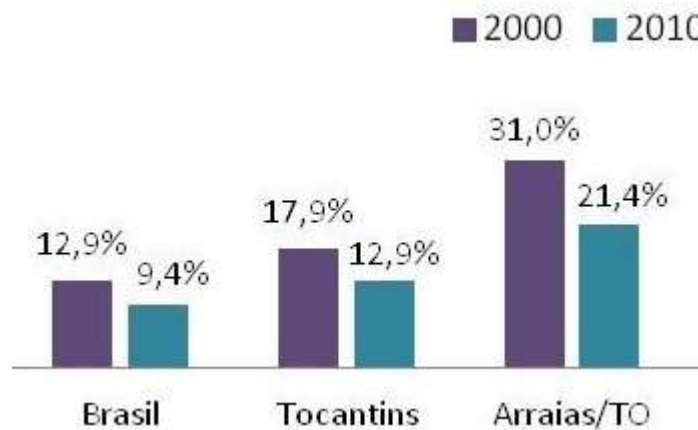
Segundo alguns estudos, o Estado do Tocantins possui um índice elevado de desemprego, no qual, a taxa chega a ser de 12,3% da população, são dados colhidos pelo IBGE do ano de 2019.

Sendo assim, outros estudos apontam que no Município de Arraias há um alto índice de pobreza, segundo o estudo do PNUD 2010, pessoas em condição de pobreza que recebem 1 salário mínimo chega a ser de 81,13 % no município, no Estado do Tocantins é de 30,8% da

população, isso segundo os estudos da Conexão Tocantins (2018), no qual o estado recebe o 15º posição do país.

Conforme a pesquisa mais recente que encontramos do IBGE foi do ano de 2016, que apresenta quase 130 mil pessoas analfabetas acima de 15 anos no ano de 2016. De acordo com os dados apresentados pelo Censo 2010, Arraias tem 21,4% da população analfabeta.

Tabela 1. Taxa de Analfabetismo da população com 15 anos ou mais



Fonte: IBGE/Censo Demográfico.

Com isso, os estudos nos mostra que o Estado do Tocantins encontra-se em condições vulneráveis, assumindo uma posição assume o segundo Estado do Norte com o maior número de pessoas analfabetas no Brasil. Este é um problema social que convém o Estado intervir com políticas públicas para a sociedade, com mais ofertas de emprego e mais investimento na educação.

Muitas famílias na Cidade de Arraias se sujeitam à exploração do trabalho, pela mesma não oferecer emprego. É possível ouvir por meio de relatos do Conselho tutelar que, nesta pequena cidade, crianças e jovens trabalham de faxina para pessoas de classe alta e muitas delas são abusadas sexualmente.

Encontramos também muitos jovens que além do consumo de drogas, comercializam a mesma, em que, esses sujeitos acabam que envolvendo no mundo da violência.

Arraias é marcada por Quilombos, como Kalunga do Mimoso, Lagoa da Pedra e Kalunga das Matas. Esses afrodescendentes vivem de economia de subsistência e ainda mantem como resistência a cultura e os costumes de seus antepassados.

O professor Valadão (2018), diz em sua tese que “compreender o contexto sócio-histórico-cultural é frear a ideologia dominante, que não reconhece a luta e a beleza destes povos, bem como não os reconhece como sujeitos construtores deste país.” (VALADÃO, 2018, p. 70)

Seguindo a linha de pensamento do professor, para entender o processo histórico do Brasil é preciso reprimir as ideias dos dominadores, para entender que o povo brasileiro possui uma identidade, e que tem uma história marcada por lutas e conquistas.

Com relação ao contexto social atual de Arraias, Valadão (2018), explica:

Talvez, o pior traço de uma sociedade fundada nos preceitos da escravidão seja esconder e aniquilar os movimentos contra-hegemônicos de resistência, esquecendo-se de enaltecer os que outrora lutaram contra as formas de exploração, bem como a banalização das formas de resistência na contemporaneidade. Esse aspecto se torna interessante quando os estudantes compreendem sua condição e começam a buscar, por meio de pesquisa, a compreensão da realidade que vivem, pois assim podem sonhar com formas alternativas para se buscar outras formas de organização da sociedade onde vivem. (VALADÃO, 2018, p. 130-131)

De acordo com Valadão (2018), existem aspectos na cidade de Arraias, que escondem a história de luta e sofrimento dos que viveram a escravidão. E saber entender o seu contexto histórico-sócio-cultural de Arraias é crucial para aprendizagem dos estudantes e para as pesquisas científicas, pois, quando o sujeito conhece a sua realidade é capaz de pensar, criticar, intervir, reconhecer as lutas e transformar a realidade.

2.2 Uma breve contextualização histórica da transição da Unitins para o atual Campus Universitário Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor – Arraias/TO

Discutimos nessa seção um breve contexto histórico da Universidade Federal do Tocantins/Campus de Arraias. A cidade acolhe um campus da Universidade Federal do Tocantins (UFT), antigamente era Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS).

O Campus Universitário Federal do Tocantins (UFT) do Nordeste Goiano e Sudeste do Tocantins recebe estudantes de várias cidades, como Campos Belos - GO, Combinado - TO, Novo Alegre - TO, Monte Alegre - GO, Lavandeira - TO, Paranã – TO, Aurora- TO, Distrito Federal, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso entre outras.

A antiga Unitins foi criada em 1990 e enfrentou diversas dificuldades em momentos de crises econômicas e políticas vivenciadas pelo Brasil e pelo mundo, no qual houve um relação entre o Governo Estadual com o Federal na reforma do Estado e do ensino superior.

De acordo com os estudos e pesquisas da Martiniano (2018):

A Universidade Estadual do Tocantins foi um ganho incomensurável para Arraias desde 1990. Um dos primeiros cursos no início desta instituição foi o curso de Pedagogia, iniciado em 1991, e no ano de 1995 houve a implantação do curso de Licenciatura em Matemática. (MARTINIANO, 2018, p. 16)

Assim, conforme Martiniano (2018), os primeiros cursos implantados na Unitins do Campus de Arraias, foram o de Pedagogia e Licenciatura em Matemática por volta de 1991. A antiga Unitins passou pelo processo de reconstrução com o passar dos anos, no qual se tornou uma organização social que se refere a uma instituição privada, em que o governo reduziu gastos e recursos para a Unitins, considera um peso para o Estado, e a organização passou a receber recursos externos que transformou cursos presenciais em cursos à distância na época.

Conforme a criação da Unitins, Farias (2013, p. 53), explica que “a Universidade do Tocantins-Unitins foi criada pelo Decreto n.º 252, de 21 de fevereiro de 1990 e combinado com o disposto na Lei n.º 136, de 21 de Fevereiro de 1990.” (FARIAS, 2013, p. 53)

De acordo Farias (2013), a Unitins criada em 1990, e foi pensada como uma instituição que atendesse aos direitos sociais, voltada para o público. No entanto, mesmo perante uma visão política democrática para o ensino superior, não ocorreu conforme o previsto, pois a Unitins passou por diversas reformulações e passou por um período de privatização.

Ocorreram muitos impedimentos para o desenvolvimento educacional do novo Estado do Tocantins, pois a Unitins pretendia trabalhar com uma instituição com a cara do Tocantins, mas devido aos impedimentos no governo de Fernando Henrique Cardoso, tais como “quando não houve políticas de apoio à expansão do ensino superior público” e “que o interesse do Governo tocantinense, pelas relações estabelecidas com a Unitins, permitia-lhe o controle do poder cultural e científico no estado.” (FARIAS, 2013, p. 60)

Com a criação da Unitins, como relata Maia (2011, p. 106), estabeleceu-se alguns objetivos para a instituição como “preparar recursos humanos para compreender, atuar criticamente e transformar essa realidade” que fez criar cursos de “formação de professores.”

O perfil da Unitins, conforme Maia (2011, p. 106 - 107), seria de manter no estado, haver “órgãos acadêmicos e científicos”, “gerar recursos financeiro para atender as necessidades humanas da Universidade, e especialmente livre da influência político-

partidária.”, uma “sede na capital” mais “três extensão”, com uma “estrutura acadêmica mais dinâmica” para atender “todas as áreas do conhecimento humano”, em cidades polos desenvolver o “1º e 2º grau”.

A implantação de um ensino superior para um Estado novo do Brasil foi de grande impulso e importância educacional, principalmente o Campus Universitário de Arraias que trouxe dois cursos de licenciatura que permanecem até hoje no campus.

Um dos motivos da Unitins como instituição estadual ser substituída por uma instituição federal, foi que a Unitins passou por crises tais como explica Costa (2008), dizendo que Moisés Avelino assumindo como governador do Estado em 1991, ameaçou a retirada do Campus universitário de Arraias, mas com os “políticos locais e estaduais tentaram evitar a mudança. E a extinção do campus passa novamente a novas negociações.” (COSTA, 2008, p. 93)

O Campus passando por um período de ameaças, também sofreu com vários cortes orçamentários, pois não tinha um propósito de cargos e salário, a criação de novos cursos foi negada, além da ausência de verbas para pagar os salários dos professores e para a manutenção do Campus. (COSTA, 2008, p. 94)

Com o retorno do governo de Siqueira Campos, juntamente com a Lei 874 de novembro de 1996, o governo fez com que a Unitins se tornasse uma “fundação pública de direito privado” passando a cobrar mensalidade dos alunos. Isso gerou protestos e manifestações de professores e funcionários.

A Unitins passou novamente por ameaças do seu fechamento, pois o governo não aceitava a política da universidade, houve corte nos orçamentos, cancelamento dos concursos públicos e opressões políticas. (COSTA, 2008, p. 94)

Segundo Costa (2008, p. 95), a universidade passou a ser gerenciada por uma administração política e deixando de ser autônoma. A Universidade dependia do governo estadual.

Com a troca de reitores da administração superior a universidade sofreu fragilidades com 11 alterações, pois acontecia quando mudava de reitores, isso fez com que resultasse na “descontinuidade dos projetos pensados, idealizados e implantados na Unitins.” (MAIA, 2011, p. 114). Assim, na disputa entre os servidores públicos, a universidade tornou-se um palco de prestígios políticos locais, estaduais e federais. E foi por muita luta que a Unitins continuou com cursos a distância, porém, os estudantes foram transferidos para a nova Universidade Federal do Tocantins em 2003.

De acordo com Martiniano (2018, p. 17), a criação da UFT se deu por meio da “Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, e publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2000. Suas atividades só se iniciaram em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos.” (MARTINIANO, 2018, p. 17)

Como descreve Martiniano (2018), entendemos que, diante de vários governos estaduais, reitores, políticas para o ensino superior, implantação de novos cursos determinaram o destino da Unitins, no qual, no ano de 2003 houve uma necessidade de transição da Unitins para Universidade Federal do Tocantins influenciada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e consolidado pelo ex-presidente Lula da Silva, por volta de 2003.

A Unitins não se tornou uma instituição federal, pois houve a transferência dos alunos para uma nova instituição que é a UFT. Mas também a Unitins não se tornou extinta, ganhou um novo modelo de educação, se expandiu com a educação presencial e à distância, credenciada pelo MEC.

O perfil da nova Universidade Federal do Tocantins era tornar-se uma instituição de três bases, o ensino a pesquisa e a extensão, no qual, houve a ampliação de vagas de concursos públicos para docentes e técnicos administrativos, implantação de novos cursos, aumento do número de vagas para discentes.

A UFT do Campus de Arraias tem uma perspectiva de “avanço na qualificação dos profissionais da educação ajude a reconfigurar a realidade social arraiana, enfraquecendo as redes de dominação vigentes.” (COSTA, 2008, p. 96), Sendo assim, a universidade ainda está engatinhando para que este processo de reconfiguração social realmente ocorra no região.

No percorrer dos anos, conforme a nomeação do Campus Universitário Federal de Arraias Tocantins, houve uma aprovação da Resolução Nº. 11 de 15 de Abril de 2015, no qual o campus passou a se chamar “Campus Universitário Sérgio Jacintho Leonor” como forma de homenagem ao Prof. Dr. Sérgio Jacintho Leonor, que faleceu dia 30 de Setembro de 2014 devido a complicações por diabetes. Sérgio foi diretor do campus e trabalhava como professor.

3 HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

É importante discutir o percurso histórico da extensão universitária, uma vez que, as universidades públicas passaram por diversos modelos de estruturação e organização, até surgir as universidades públicas federais com o modelo atual.

Para reforçar o ensino superior como um espaço livre, de autonomia social, espaço de discussões críticas e construtivas, surgiram algumas legislações brasileiras voltadas para o ensino superior, com leis que reforçam a qualidade do ensino superior e que desenvolvam uma aprendizagem voltada para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nessa seção aborda-se a Universidade Pública como um espaço que produz pesquisa científica que precisa ser divulgada e efetivada para reduções dos conflitos sociais enfrentados pela sociedade. A universidade é um lugar de conhecimento, pensamento crítico e um espaço capaz de formar pessoas para transformar a realidade e modificar as condições de vida de outras pessoas.

Por fim, esta seção discute o conceito de universidade nos tempos atuais, o processo histórico do surgimento das Universidades Federais no Brasil, o papel das Universidades Públicas Brasileiras, as principais legislações que regem a educação superior como um espaço da indissociabilidade e conceituar uma educação crítica emancipadora nas universidades públicas.

Com o diálogo para compreender melhor o conceito de Universidade, destacamos aqui autores como Paulo Freire (1983), Luiz Fernandes Dourado (2002), Marilena Chaui (2003), Dermeval Saviani (2010), Darcy Ribeiro (2012), Aurélio Rocha (2012) e Erasmo Valadão (2018), que vão discutir que o principal papel da universidade inserida em um espaço dentro da sociedade. E para destacar o papel da Universidade Pública, ressaltamos o principal papel da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias.

3.1 O conceito contemporâneo de Universidade

Discutir sobre conceito de Universidade é pensar em dois tipos de universidade, a pública e privada, mas o nosso principal foco é pensar no papel da Universidade pública dentro da nossa sociedade.

Mas, para compreendermos melhor a função social das universidades Rocha (2012), destaca o conceito de Universidades, tanto particulares, quanto públicas:

Uma universidade, seja pública ou privada, exerce uma função social, cultural e científica relevante. Como instituição social, a universidade é vista como a expressão determinada a estrutura e do modo de funcionamento da sociedade como um todo. Habitamo-nos a ver a universidade como uma instituição caracterizada pela presença de opiniões, atitudes e projetos divergentes, e muitas vezes em conflito, exprimindo, obviamente, as divisões e contradições da sociedade. (ROCHA, 2012, p. 145)

De acordo com Rocha (2012), a Universidade sendo, pública ou privada tem o papel de contribuir com a sociedade, em seus diversos aspectos. A mesma tem estrutura de organização e um jeito que atende a sociedade. E a universidade é um espaço de compartilhar conhecimento, em que as pessoas dividem opiniões, ações, concepções diferentes frente aos confrontos e oposição da sociedade.

Marilena Chaui (2003), traz uma visão do conceito de Universidade, e seu comentário complementa o conceito do autor Rocha (2012), no qual, a autora relata que:

A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade. (CHAUI, 2003. p. 05)

Chaui (2003), entende que, a universidade como instituição social tem uma estrutura que atende os aspectos dos anseios da sociedade, em que, as pessoas têm opiniões diferentes e ações complexas em ver os conflitos da sociedade em seus diversos modos. Além disso, a universidade exerce práticas sociais diferenciadas que reconhece o público, que atribui autonomia intelectual e tornando-se o espaço da instituição de democratização social.

Entendemos que a Universidade Pública é um direito de todos e o Estado é responsável por oferecer recursos para que o ensino seja de qualidade, com foco para a formação humana. A principal fonte desse ensino é a criticidade, formar sujeitos capazes de pensar, analisar os fatos e acontecimentos para transformar, porque estamos discutindo instituição social e não de organização social.

A comunidade acadêmica, junto com a comunidade-sociedade, faz um bom trabalho juntas, pois pensam em possibilidades de desenvolver projetos que diminuem os conflitos sociais. Compreendemos que o conhecimento é fundamental para a existência humana e o diálogo entre a comunidade acadêmica e comunidade-sociedade faz com que se amplie as visões e opiniões com relações aos fatores sociais.

A comunidade acadêmica tem acesso ao conhecimento científico e a comunidade-sociedade é formada pelo conhecimento empírico, tradicional, religioso e místico, porém nenhum conhecimento é superior ao outro.

Luís Fernando Lazzarin (2016,) diz que a ciência justifica os fatos por meio da razão, da verdade, fazendo com que o homem emancipado seja capaz de pensar e criar a seu próprio destino. Para Lazzarin (2016), com a vinda do conhecimento científico ou “a teoria do conhecimento” como diz Platão, estabeleceu-se:

[...] em um processo histórico que pretendia libertar o ser humano do que seriam os enganos da fantasia, das crenças religiosas, da magia, do fantástico e do extraordinário. A proposta da ciência é que, através do uso da razão, o ser humano seja autônomo, construa seu próprio destino e sua própria história, ao invés de entregar-se ao acaso ou ao que impõem os deuses ou as forças sobrenaturais e misteriosas. (LAZZARIN, 2016, p. 16)

No entanto, para Lazzarin (2016), o conhecimento científico surgiu para explicar e fazer o homem conhecer a vida, a natureza e as suas relações sociais. Fazer com que o homem desconfie das informações ditas, do ausente e do presente, e buscar a verdade, as causas e as consequências dos fatos. E sempre questionar o porquê, e não acabar em respostas sem sentido, principalmente em acreditar que existe uma força maior do que a do homem.

E a Instituição social é um lugar de conhecimento, permanência e liberdade de pensamento, no qual estudantes e professores dialogam, refletem e constroem conhecimento. Havendo socialização desse conhecimento, pode resultar em pessoas mais justas e que tenham compromisso social.

Quanto ao conhecimento que vem da população, este é repleto de aspectos culturais, sociais, do senso comum e é justificado por meio da razão por intermédio do conhecimento científico, fazendo com que os acontecimentos cotidianos tenham mais sentido. E é este o conhecimento que precisa ser divulgado para a sociedade, pois é um conhecimento rico, significativo, que faz sentido a todas as coisas.

Quando descreve o conceito de Universidade, ouvimos a expressão de organização social ou Instituição social. E para entendermos melhor a diferença entre eles, a Chaui (2003), nos explica que organização social é um:

[...] conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de

determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. (CHAUI, 2003. P. 06)

Conforme Marilena (2003), entendemos que organização social é um grupo de administração com desejos particulares, como uma empresa, não tendo interesse interno e externo da sociedade, mas se preocupando no próprio interesse, promove caminhos para alcançar os próprios objetivos.

Na organização social, não há discussão sobre sua existência, o seu papel não é de julgar sua função na sociedade, mas de ter controle e êxito no trabalho, havendo interesses e fins particulares.

A Instituição Social se diferencia da Organização Social, principalmente nos interesses particulares, uma vez que a organização social tem interesse particular, já a instituição social se preocupa com a sociedade. Chauí (2003), reforça com o conceito de Instituição Social dizendo que:

A instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições, impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais. (CHAUI, 2003. p. 06)

De acordo com Chauí, a instituição se insere na realidade social e política, definindo a universidade como um campo de planejamento e execução, que tem como objetivo de procurar respostas conflitos sociais das consequências da divisão e de preparar um espaço e tempo para vencer a divisão social e promover a igualdade de classes.

Assim, entender que há uma diferença grande entre Organização social e Instituição Social, uma vez que a organização está vinculada as universidades particulares, e a Instituição Social estão inseridas nas Universidades públicas que têm objetivos que atinge a população. E o nosso foco é pensar nas contribuições das Universidades Públicas, mostrando o que elas são capazes de fazer para interferir no sistema vigente.

As Universidades Públicas Federais como instituição social, tem a liberdade de pensamento, produzir saber, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Rocha (2012), afirma: “[...] por ser uma ‘instituição social’ diferenciada e definida pela sua autonomia intelectual, a universidade pode (deve) relacionar-se com a sociedade e com o Estado de maneira independente, até mesmo em conflito”. (ROCHA, 2012, p. 145)

Além do recebimento de recursos financeiros para as universidades públicas é necessária a valorização salarial dos servidores, compromisso com qualidade da educação por parte do Estado e dos servidores públicos, avaliação justa para os estudantes do ensino médio, valorização das pesquisas científicas, recursos financeiros para o desenvolvimento dos Projetos de Extensão, entre outros.

Sabemos também que, só a universidade não resolve os problemas da sociedade, mas ela contribui para diminuição dessas carências. O Estado tem seu papel, de investimentos do dinheiro público, além de fiscalizar a sua aplicação, pois visto que há mais de uma década que há menos gastos federal com a educação, sendo que a prioridade está sendo a segurança em armar a população.

3.2 O processo histórico do surgimento das Universidades Federais no Brasil

Para discutir da Extensão Universitária no Brasil é necessário primeiro recuperar os fatores históricos do processo da educação superior no país e refletir sobre as suas mudanças. E para entender melhor esse processo, foi preciso estudar os autores Dermeval Saviani (2010) e Luiz Fernandes Dourado (2002) & (2008), que discutem o processo do ensino superior no Brasil, pensando-se nos aspectos da organização institucional, na expansão, da autonomia e do financiamento, nos mostrando que os modelos que foram surgindo.

A educação superior iniciou no Brasil em 1808, criado por D. João VI, no período Imperial, com os cursos de Filosofia e Teologia. Na primeira república, esses cursos eram considerados isolados e mantidos pelo Estado.

Segundo Saviani (2010), esses cursos eram de:

Engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817 e o Curso de Desenho Técnico (1818). (SAVIANI, 2010, p. 05)

Após a independência brasileira, em 1827, criaram-se os cursos de Direito de São Paulo e de Olinda, essas universidades se incorporaram em Recife entre 1854 a 1934. Mas logo surgiu o curso de Direito em Recife e na cidade de Pernambuco em 1946.

Com o fim do império houve um movimento que lutava pelo ensino livre no Brasil, foi decretado e chamado de Reforma Leôncio de Carvalho, de 1879. Com influência positivista

foi aos poucos ocupando o seu lugar. Este tipo de ensino não era oficial, pois ainda as universidades mantinham os aspectos de universidade privada.

Segundo Dourado (2008), a universidade foi institucionalizada no país, em meados do ano de 1920, a fim de organizar a academia. Sendo que Dourado (2008, p. 2) explica: “A criação de universidade no país é balizado pela Reforma Carlos Maximiliano (Decreto n.º 11.530/1915) que reorganiza o ensino secundário e superior.” Com este decreto, pensava-se na universidade brasileira com uma nova reorganização gestacional e de autonomia.

Foi a partir de 1930 que começaram a projetar as universidades federais, começaram também a surgir os Decretos voltados para o ensino superior, marcados por diretrizes ideológicas de centralização e autoritarismo. Até então no ensino superior ainda havia poucas vagas e muita concorrência, onde somente os filhos da elite conseguiam adentrar nas universidades federais.

Pela constituição Federal de 1946, “com o processo de redemocratização do Estado Brasileiro temos alterações institucionais e a universidade passa a retomar algumas de suas prerrogativas institucionais.” (DOURADO, 2008, p. 4), Como explica Dourado (2008), a redemocratização veio para mudar o quadro institucional das universidades brasileiras que tinham um perfil de autoritarismo, pois o governo as utilizava para o severo controle.

Dourado (2008), explica que a década de 1950 foi marcante na história das universidades federais brasileiras. Houve “vários movimentos e processos, destacando-se a federalização. Instituições de ensino superior e criação de novas Universidades Federais nesta década e na década de 60.” (DOURADO, 2008, p. 4). Conforme o autor, com a criação de universidade federal no país, criou-se a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFF), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico brasileiro, com curso de direito, engenharia, odontologia e medicina.

A educação superior passando ainda por alteração no aumento de vagas e de acesso dos filhos dos trabalhadores. Segundo Saviani (2010), foi entre 1960 a 1970 que criaram as universidades federais em várias capitais do Brasil. Mas que logo veio o regime Militar em 1964 e desabou com o ensino superior voltado para o público.

De acordo com Saviani (2010), o golpe militar em 1964 o:

Procurou cercear as manifestações transformadoras, mas, por outro, provocou no movimento estudantil o aguçamento dos mecanismos de pressão pela reforma universitária. O movimento pela reforma ganhou as ruas impulsionadas pela bandeira “mais verbas e mais vagas” e culminou com a ocupação, em 1968, das principais universidades pelos estudantes que instalaram comissões paritárias e cursos-piloto, ficando no controle das escolas durante o mês de julho e todo o

segundo semestre. Nesse contexto resultou necessário efetuar o ajuste do sistema de ensino à nova situação decorrente do golpe militar. (SAVIANI, 2010, p. 08)

Assim o golpe militar no país pautou-se pela repressão e perseguição de líderes, inclusive dos movimentos estudantis e sindicais, em contrapartida os movimentos contra hegemônicos se fortaleceram e exigiram mais investimento na educação superior. Com isso, se instalou nas universidades números de vagas de acordo com a demanda e com curso de curta duração, resultando em uma nova estruturação no ensino superior.

Em 1968, houve um projeto de lei universitário (Lei n ° 5.540/68), destacado por Saviani (2010, p. 09), que:

De um lado, a demanda dos jovens estudantes ou postulantes a estudantes universitários e dos professores que reivindicavam a abolição da cátedra, a autonomia universitária e mais verbas e mais vagas para desenvolver pesquisas e ampliar o raio de ação da universidade; de outro lado, a demanda dos grupos ligados ao regime instalado com o golpe militar que buscava vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional. (SAVIANI, 2010, p. 09)

Com isso, para Saviani (2010), de um lado, um grupo de estudantes e professores buscou melhorias internas para o ensino superior, pensando em uma universidade para todos e com acesso a todos. E do outro, lutaram por uma universidade técnica, para o mercado, que atendia aos requisitos do mercado de trabalho.

Em resposta, a demanda o grupo de trabalho da reforma universitária procurou atender os dois lados, a primeira com o ensino e a pesquisa indissociável e com a autonomia das universidades. A segunda, com matrícula por disciplina, cursos de curta duração e outros.

É de clara percepção as características destes dois grupos, pois, de um lado um grupo de pessoas que pensavam em um ensino crítico, amplo, autônomo, no qual todos tivessem a chance de aprender a pensar. Do outro, um grupo com interesses individuais, focado em formar pessoas para o sistema, pensavam em um ensino técnico, para formar mão de obra para o mercado.

Antes da Constituição Federal de 1988, prevalecia o modelo napoleônico que mantinha a presença do Estado na organização do ensino superior. Após a Constituição Federal de 1988, fez com que, a partir de 1990, o ensino superior chegasse ao modelo de organização institucional vigente, com o modelo anglo-saxônico na versão norte-americana.

As universidades federais pararam de expandir, mas foram surgindo as universidades privadas e estaduais, apoiada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que apresentou uma proposta do Plano Nacional de Educação em 1997.

Segundo Saviani, durante o processo de universalização no Brasil, houve três modelos de universidade: o primeiro, o “modelo napoleônico”, dado pela prevalência do Estado; o segundo, “modelo anglo-saxônico”, prevalecendo da sociedade civil; e o terceiro, “modelo prussiano” (SAVIANI, 2010, p. 10). O modelo prussiano veio da fundação universidade de Berlim de 1810, que assegura uma universidade autônoma.

Em 1980, o modelo educacional do ensino superior foi modificando para o modelo napoleônico, se alterando com a chegada da LDB de 9394/96. E com o Decreto 2.306, de 19 de agosto de 1997 começou a diferenciar as universidades dos centros universitários.

Os centros universitários são universidades voltadas para o campo empresarial, a que Saviani (2010), define como “universidades corporativas”, com um ensino voltado para o êxito profissional do aluno. As Universidades Organizacionais são voltadas para o mercado competitivo, onde tratam o conhecimento científico como produto de trabalho. E, no Brasil, a educação corporativa se expandiu e chegou a mais de quinhentas instituições em 2004.

Refletindo sobre as modificações e permanências na expansão do ensino superior no Brasil, podemos perceber que o ensino superior se espelhou em três modelos internacionais de educação superior para desenvolver o seu próprio modelo. No começo do seu surgimento o ensino superior tinha uma perspectiva de atingir a todos, mas foi o que não aconteceu, pois somente os da classe elitista conseguiram adentrar neste universo.

Com os anos, na medida em que foi surgindo os decretos, a Constituição, a LDB, a educação superior começou a ampliar o público-alvo e a pensar em um ensino que visava à pesquisa científica, isso por volta dos anos 90.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), como documento referencial básico da educação brasileira, trouxe objetos de leis e decretos, para reformar o cenário educacional, pois um de seus embates foi de reorganizar a educação superior.

De acordo com Dourado (2008), a LDB de 9.394/96 busca “a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros [...]” (DOURADO, 2008, p. 13)

Como relata Dourado (2008), a LDB prevê um plano bem-proporcionado, que garante a gratuidade de ensino para todas as etapas da educação, com uma gestão justa, além da indissociabilidade dos três pilares da educação superior, sendo que a mesma na visão da LDB,

ganha a sua autonomia. Mas, como diz Dourado (2008), a LDB foi implantada pelo Estado, mas não previam recursos financeiros que garantisse seus objetivos e metas educacionais.

A LDB determinou ao PNE do MEC, com o prazo de um ano, a implantação de políticas educacionais para o país. Dourado (2008), explica que, tal política previa:

A não-ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para esse nível de ensino, aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação, ampliação do crédito educativo envolvendo recursos estaduais, ênfase no papel da educação a distância. (DOURADO, 2008, p. 14)

Como explica Dourado (2008), a LDB previa um plano que não aumentou recursos materiais e financeiros, resultou na perda de qualidade. Houve a ampliação de recursos estaduais, porém destinados à educação a distância. Sem prever recursos para a educação presencial das universidades federais, pois o documento não oferecia financiamentos concretos para realização de medidas. Como consequência, viu-se a expansão da educação privada, bem como a privatização da educação superior.

Com o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o ensino superior começou a sofrer algumas mudanças, com isso Saviani (2010), diz que:

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos campi no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI, um programa destinado à compra de vagas em instituições superiores privadas, o que veio a calhar diante do problema de vagas ociosas enfrentado por várias dessas instituições. (DERMEVAL, 2010, p. 14)

De acordo com Saviani (2010), com o governo Lula, houve a ampliação do número de vagas nas instituições federais, além da criação novas instituições públicas, como os Institutos Federais, porém, apoiou o aumento de vagas destinadas para a instituição privada por meio do programa PROUNI, atendendo a lógica do mercado.

De acordo com o MEC (2010), durante o governo Lula, foram criadas 14 novas universidades federais desde 2003; destas, dez voltadas à interiorização do ensino superior público. As universidades federais dobraram a oferta de vagas, pois em 2003 eram 109,2 mil vagas e passou a ser em 2010 222,4 mil vagas.

Voltados para uma educação profissional e técnica do ensino público, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Segundo o MEC (2019), no ano de 2019 já tinha “mais de 661 unidades sendo estas vinculadas a 38 Institutos Federais, 02

Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e ao Colégio Pedro II.”

É obrigatório os IFs “garantir de mínimo de 50% de suas vagas para a oferta de cursos técnicos de nível médio,” e também, “garantir o mínimo de 20% de suas vagas para atender a oferta de cursos de licenciatura, formação pedagógica, com vistas a formação de professores para a educação básica.” (MEC, 2019)

Segundo MEC (2019), os IFs garantem a “atribuição no desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas por meio de pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto à comunidade com vistas ao avanço econômico e social local e regional.”

Além disso, ocorreu a ampliação das “ações voltadas à permanência dos estudantes. Os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), criado em 2007, saltaram de R\$ 125 milhões em 2008 para R\$ 304 milhões em 2010. Por meio do programa, as universidades desenvolvem seus programas de assistência financiando itens como saúde, transporte, moradia e alimentação para seus estudantes.” (MEC, 2010)

Muitos são os desafios a enfrentar para a reorganização nas políticas institucionais da educação superior pública e privada, principalmente da primeira. É necessário democratizar, fazer acontecer a autonomia universitária, a indissociabilidade das três bases da educação superior, este é um direito social.

Com a expansão das universidades federais em contra resposta surgiram a ampliação de ofertas de vagas e cursos para as instituições privadas. E refletindo o cenário atual deste ano de 2020, com a vinda da Covid-19, acredita-se que piorou ainda mais a realidade da educação superior em termos de qualidade de ensino, pois houve uma grande queda de matrículas do ensino superior público e um grande aumento nas instituições privadas de ensino superior na modalidade educação à distância.

Segundo estudo realizado pelo Censo da Educação Superior e divulgado pelo ministro da Educação, Milton Ribeiro, Inep (2019), mostra que “existem no país 2.608 instituições de educação superior. Dessas, 2.306 são privadas e 302 públicas. E, do total de matrículas na educação superior (8.604.526), a maior parte, 6.524.108, está na rede privada.”. (INEP, 2019)

Percebe-se que o ensino superior público não está conseguindo garantir a permanência dos estudantes no ensino superior e o maior número de matrículas está nas universidades privadas. Não obstante, as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% das pesquisas científicas no país.

As instituições federais brasileiras aperfeiçoam no princípio das três bases, o ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável. Desenvolve um ensino livre/emancipatório e reflexivo. Assim, Saviani qualifica os cursos de nível superior de instituições federais:

Seus cursos possuem, pois, qualidade nitidamente superior aos das instituições particulares. Assim, a expansão das vagas nas universidades públicas, se acompanhada proporcionalmente da ampliação das instalações, das condições de trabalho e do número de docentes, acarretará a formação de um número maior de profissionais bem qualificados. (SAVIANI, 2010, p. 15)

Segundo Saviani, o ensino das instituições públicas tem mais qualidade do que o ensino privado e o número de vagas para o ensino público aumenta conforme a demanda de alunos, de trabalho e de docentes, porém fica condicionado a quem formula as políticas públicas voltadas à educação superior.

O Ensino superior público tem sido uma alavanca no desenvolvimento e na soberania das nações que investiram em educação. A criação e a produção científica são instrumentos para o desenvolvimento do país.

O ensino superior público se destaca no mercado, pois segundo Saviani (2010), o desenvolvimento do ensino e pesquisa tem como objetivo:

[...] Formar profissionais de nível universitário, isto é, a imensa gama de profissionais liberais e de cientistas e tecnólogos de diferentes matizes, impõe-se a exigência da organização da cultura superior com o objetivo de possibilitar a toda a população a difusão e discussão dos grandes problemas que afetam o homem contemporâneo. (SAVIANI, 2010, p. 15)

Conforme Saviani (2010), a educação superior possibilita formar bons profissionais aptos a desenvolverem a capacidade de executar o seu próprio trabalho, com acesso à diversidade de conhecimentos acumulados historicamente.

O objetivo do ensino superior, conforme a Constituição de 1988, é de oferecer aos estudantes igualdade de condições, discussões voltadas aos problemas sociais. Cabendo aos docentes universitários o estímulo aos estudantes, o interesse no desenvolvimento cultural e na articulação entre o trabalho intelectual e o trabalho material.

Portanto, para Saviani (2010), a extensão universitária “trata-se, antes, de evitar que os trabalhadores caiam na passividade intelectual, evitando-se, ao mesmo tempo, que os universitários caiam no academicismo.” (SAVIANI, 2010, p.16)

Que estudantes não utilizem o conhecimento científico desprezando os saberes empíricos. E que a educação não se reduza apenas à sala de aula, mas que se expanda e se comprometa com as questões das comunidades onde está inserida.

3.3 O Papel das Universidades Públicas Brasileiras por meio da Extensão

Para compreendermos melhor o papel da universidade pública é necessário pensarmos em um trabalho de inter-relação entre o ensino, pesquisa e extensão, além de refletirmos sobre termos de extensão em espaços pedagógicos, no qual, vale pensar que, acontecer extensão não depende só da participação da sociedade, mas de diálogo crítico, de compreensão real dos desafios a serem enfrentados e de um conhecimento significativo.

Entre os passos percorridos por esta pesquisa, busca-se, nesta seção, apresentar uma universidade autônoma, ativa, concreta e dialógica. Assim há uma discussão a partir de autores como Darcy Ribeiro (1975), Paulo Freire (1983), Norma Valêncio (1999) e Erasmo Valadão (2018), com estudos que nos fazem compreender os aspectos políticos da educação superior, refém de interesses governamentais e de mercado.

Discutimos aqui o livro “Extensão ou comunicação” de Paulo Freire (1983), por contribuir com a discussão do conceito de extensão, dentro dos aspectos filosóficos, linguísticos e epistemológicos. Um dos conceitos de extensão construído por Freire (1983), é de que:

[..] sua ação de extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão, o conceito de extensão também não tem sentido do ponto de vista humanista. E não de um humanismo abstrato, mas concreto, científico. (FREIRE, 1983, p. 11-12)

Em concordância com o autor, a extensão é algo que se faz na prática e tende a alcançar algo ou alguém, por meio de conhecimentos e habilidades para que o sujeito possa transformar o mundo, enfrentando os desafios por meio da ciência e das ações políticas.

O fazer extensão entre comunidade acadêmica e a sociedade, para Freire (1983, p. 13), é esta, “a sua tarefa de educar e de educar-se, não podemos aceitar que seu trabalho seja rotulado por um conceito que o nega”. Assim, educar a si próprio e ao outro é o papel da extensão. O conhecimento partilhado de forma dialógica precisa estar diante da realidade dos sujeitos, não se trata de transferir conhecimento como um produto a ser entregue.

Promover a extensão é o papel da Universidade, principalmente sendo ela pública. A função social da universidade precisa estar alicerçada no compromisso social de retornar o conhecimento à sociedade. Nesta relação dialógica promove a inquietação, o questionamento, a fim de resultar na produção de pesquisa, ensino e no enfrentamento dos desafios que afligem a comunidade.

Para que a Educação Superior seja de qualidade é necessário que o docente esteja preparado para formar o outro, pois “[...] se o outro não tiver sido capacitado para tal, depois de passar pela Universidade, ela, novamente, não terá sentido.” (VALÊNCIO, 1999, p.74)

Conforme relata Valêncio (1999), para trabalhar como docente é preciso ter consciência de que os conhecimentos recebidos na sua formação fizeram sentido. Caso contrário, fica na reprodução de um ciclo vicioso, formar pessoas desprovidas de sentido.

Para Valêncio (1999), fazer extensão permite “que os campi se transformassem numa extensão da casa, da escola, dos postos de saúde, do clube, de tudo aquilo que deixou de existir, deixou de ser acessível ou deixou de ter a qualidade requerida por este público.” (VALÊNCIO, 1999, p.76)

Assim, o trabalho de extensionista é de retribuir à sociedade aquilo que lhe falta. Com isso podemos refletir sobre a formação de estudantes da educação superior, pois a mesma só faz sentido quando capacitam os estudantes a agir, colocar em prática, ouvir e ajudar os outros a superar as mazelas a que estão submetidos.

O exercício de fazer extensão, segundo Paulo Freire (1983), é:

[...] educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que êstes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1983, p. 15)

De acordo com Freire (1983), a extensão permite a aprendizagem mútua entre comunidade acadêmica e a sociedade, um conhecimento autônomo, livre, pois aqueles que pouco sabem tenham a oportunidade de ensinar aos que pensam que nada sabe, este é um processo de ensinar e aprender para ambos.

Segundo Freire, entre um dos erros cometidos pelas pessoas são o ato de entender a extensão como um conhecimento estático, em que o sujeito leva informações para o outro em um ato de transferir conteúdo, neste não há um diálogo, não há troca de informações e conhecimento, fazendo com que este sujeito torna-se um mero ignorante despotencializado. (FREIRE, 1983, p.15)

O conhecimento deve despertar no sujeito a inquietação, a busca pela potencialização daqueles que ensinam e daqueles que aprendem, pois o conhecimento é:

[...] uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. (FREIRE, 1983, p. 16)

Conforme discute Paulo Freire, o conhecimento provoca no indivíduo a inquietação e o questionamento de sujeitos inseridos neste mundo. Serve para transformar a dura realidade, por isso requer sujeitos ativos com capacidade e disposição para a transformação da realidade a que estão submetidos.

De acordo com Valêncio (1999), docentes tem o compromisso social durante o processo de formação dos discentes em mediar conteúdos com novas informações acerca da realidade, formar estes profissionais para o exercício da cidadania, sendo estes capazes de ter seus direitos democráticos garantidos e lutar para a garantia daqueles que não o tem.

Na Educação Superior, o ensino a pesquisa e a extensão, têm o dever de aprofundar os acontecimentos históricos e sociais do país. Produzir uma educação que sirva de ferramenta para a análise dos fatos históricos, explicitando os conflitos e as causas das nossas mazelas sociais.

Diante da práxis pedagógica desenvolvida na Universidade Federal do Tocantins do Campus de Arraias, busca-se desenvolver práticas que abrange a identidade cultural que existe neste território, porém, segundo Valadão (2018), sob aos aspectos históricos que ocorrem no Brasil, discute que:

Como ocorre na maior parte do Brasil, podemos constatar nesta região onde a Universidade Federal do Tocantins exerce a sua função a presença de diversas etnias presentes na formação do país. Apesar disso, na região não se está consolidada a consciência da sua diversidade enquanto base fundante desses povos. (VALADÃO, 2018, p. 66)

A práxis pedagógica da universidade deveria ter como base a consciência da diversidade cultural. Entender a base fundante do território onde está inserida. Compreender o contexto sócio-histórico-cultural do lugar e investigar as consequências de fatos do passado. Neste território, marcado pelos traços da escravização resulta em desigualdade social e ainda há a exploração do trabalho.

Diante dos fatores históricos que ocorreram no Brasil, Valadão (2018), discute que:

Durante muito tempo a moral dominante conseguiu mascarar a violência, fruto das injustiças estruturantes praticadas a diversas pessoas. Com o advento da informação e o enfraquecimento dos padrões rígidos das sociedades “tradicionais”, a violência reprimida passou a se manifestar e atingir segmentos sociais até então alheios a essa realidade. (VALADÃO, 2018, p. 67)

Conforme discute Valadão (2018), a nossa sociedade mascarou a violência, fruto das injustiças estruturantes e legitimada pela moral dominante. A classe dominante esconde os fatos reais históricos que ocorreram e ocorrem no Brasil. Com o enfraquecimento dos padrões morais, fruto da sociedade contemporânea, os mecanismos que mascaravam a violência começaram a ruir e a violência e as desigualdades estão sendo expostas, cobrando as suas contas.

Para Valadão (2018), diante de uma sociedade de desigualdades cabe à escola trabalhar para ocorrer transformações. Assim o autor relata:

Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades, que impossibilita os filhos dos trabalhadores de acessarem o conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, cabe à escola exercitar sua função social de democratizar o ensino público e possibilitar a redução da distância entre as classes sociais. (VALADÃO, 2018, p. 94)

Em concordância com o autor, devido a sociedade desigual em que vivemos, exige-se da escola e de quem forma os profissionais que trabalharão nas escolas a compreensão de uma educação com potencial de emancipar e potencializar os filhos dos trabalhadores.

Na mesma perspectiva, Valêncio (1999) diz que “a Universidade deve pensar com a sociedade, tornando a se sentir parte dela e responsável por colaborar, como uma de suas partes constituintes, no processo de opção sobre os rumos micro e macrossociais envolventes.” (VALÊNCIO, 1999, p. 80)

Assim, a universidade não funciona sem a presença da sociedade, as duas juntas socializam o conhecimento. Pelas expressas palavras de Valêncio (1999), pode-se entender que o conhecimento “científico” deve estar carregado de contexto histórico em que a instituição está inserida, este conhecimento deve fazer parte da realidade local e fazer sentido para os aprendizes, pois muitos trabalhos científicos são produzidos, mas são poucos aqueles que são lembrados e divulgados para a população.

Apesar de a Universidade Pública Brasileira ter o dever de desenvolver seu trabalho de ensino, pesquisa e extensão de forma indissolúvel, ainda há um distanciamento da presença da universidade na vida da população. Isso ajuda a entender a pouca pressão da sociedade por uma universidade pública acessível e de qualidade.

Ocorre ainda, por parte do MEC, o descaso e a pouca compreensão da educação superior como alavanca de desenvolvimento e soberania nacional. Um ensino superior, gratuito, de qualidade e de acesso ao público contrasta com a realidade das nossas universidades sucateadas e sem recursos para as tarefas de custeio.

Darcy Ribeiro, escritor, pensador e cientista, ficou conhecido pelo Brasil pelas suas ideias direcionadas às reformas do ensino superior. Seu pensamento completa com este trabalho.

Ribeiro (1975), descreve que a universidade é eficaz e para compreender a universidade, pois todos que passam por ela precisa conhecer a classe menos favorecida, a consciência para outro modelo de Educação Superior atenta à diversidade cultural e, principalmente, às desigualdades que ainda persistem.

A UnB, criada pelo Darcy Ribeiro, teve muito de superação desses pressupostos descritos no texto. Foi concebida como inovadora, fundada noutros modelos diferentes das universidades que já existiam no país.

Segundo Ribeiro (2012), “somos, talvez, o único país que ainda pretende formar cientistas e tecnológicos segundo o modo tradicional de ensinar e cultivar a erudição clássica.” (RIBEIRO, 2012, p. 15-16). Assim, para o autor, a universidade brasileira que pensa na formação de sujeitos cientistas, com capacidade de pesquisar, questionar, criar e produzir precisaria conceber outras formas de Educação Superior atenta à valorização da cultura popular e aos desafios modernos.

Para Darcy Ribeiro (1978), “A UnB foi organizada como uma Fundação, a fim de libertá-la da opressão que o burocratismo ministerial exerce sobre as universidades federais. Ela deveria reger-se a si própria, livre e responsabilmente, não como uma empresa, mas como um serviço público e autónomo”. (RIBEIRO, 1978, p. 52)

Para Ribeiro (1978), é necessário ter a atuação de bons profissionais, grandes pensadores, para gerar mentes libertas, mentes intelectuais. A UnB serviu de exemplo para as outras universidades, com diversificação de profissionais intelectuais para atuar nessa nova universidade.

A UnB resistiu ao golpe militar de 1964, com profissionais que defendiam a autonomia do pensamento sobre a realidade, devido à grande repressão ocorrida naquele

período. Darcy continuou sua jornada viajando para outros países e trazendo consigo ideias para fundamentar a educação superior no Brasil.

Então, o trabalho de Darcy Ribeiro continuou perpassando pelas instituições federais brasileiras e incentivando pesquisas voltadas à realidade local das universidades. Pensava em uma universidade livre de opressões políticas, como um espaço de criação e produção de conhecimento. De acordo com Darcy Ribeiro (1975):

No plano ideológico, esta transição se expressa por duas modalidades de consciência. A consciência ingênua, própria das nações historicamente atrasadas, caracterizadas pela resignação com seu atraso e sua pobreza, por só ser capaz de percebê-los como naturais e necessários; e a consciência crítica, correspondente à conjuntura do subdesenvolvimento e caracterizada pela rebeldia contra o atraso, considerado antinatural e explicado como fruto de fatores sociais erradicáveis (RIBEIRO, 1975, p. 28).

O autor faz uma diferenciação entre as duas consciências: uma é a consciência ingênua, aquela em que o sujeito aceita tudo como está, naturaliza a situação de atraso e pobreza. A outra é a consciência crítica, na qual o sujeito é inquieto, busca as razões, fatores, respostas, luta pelos seus direitos e não permite a opressão.

Se a universidade federal é pública, deve ser constituída para o público, a partir do público e com o público. Seu ensino não deve ser solto ou dissociável, mas inserido na realidade social e cultural dos sujeitos. As pessoas têm o direito de ter acesso às condições sociais, saber de seus direitos e deveres, saber como melhorar as condições de vida, pois, “atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, envolvendo-o, condiciona sua forma de atuar.” (FREIRE, 1983, p.17)

Portanto, o papel da universidade é de ter um compromisso social com a região e seu entorno, priorizando os setores econômicos e culturais locais. Para Freire (1983), uma universidade de qualidade é aquela que desenvolve o ensino, a pesquisa e a extensão, pensando nos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado.

3.4 Legislações que conduzem à Extensão Universitária

Para compreender melhor a Extensão e o seu papel na sociedade, é necessário respaldar as legislações que as norteiam. A Constituição Federal de 88 é a primeira lei que discute a extensão universitária no país, em que no Artigo 207 diz que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e

obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988)

Podemos analisar que, para a universidade cumprir com o seu papel é necessário a junção dos três pilares, sendo que o artigo 207 diz que a universidade tem liberdade para desenvolver o seu trabalho no coletivo, sem desassociar o ensino, a pesquisa e a extensão. O envolvimento de dois pilares como o ensino-pesquisa ou ensino-extensão é uma grande falha, pois a universidade pública não deve cometer este erro.

Portanto, nenhum pilar é mais importante do que o outro, todos devem ser trabalhados no mesmo grau. A extensão complementa o ensino e a pesquisa, e todos são importantes para a formação dos estudantes e para a sociedade. Assim como a teoria e a prática, a extensão é uma prática de reflexão.

A Lei de Diretrizes e Bases Nacionais nº 9394/96, também estabelece uma finalidade para a extensão universitária, em que no Art. 43 diz que “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.” (BRASIL, 1996, art. 43)

Conforme o Art. 43 da LDB 9394/96, a instituição universitária deve abrir as portas para a comunidade, celebrar as conquistas sociais da comunidade e exercer o trabalho cultural, científico e técnico.

A extensão permite uma ação transformadora no interior da universidade e da sociedade. É um processo de via de mão dupla em que todos saem beneficiados. E antes de iniciar um projeto ou programa de extensão é importante a universidade ouvir os anseios da comunidade, olhando para a comunidade com sensibilidade e desenvolver projetos com ela e não para ela.

O Plano Nacional de Educação da Lei nº 13.005/2014, estipula na meta 12.7 com relação à extensão universitária que deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014)

Assim, essa normativa enfatiza a importância da universidade desenvolver a extensão com no mínimo 10% de todo o curso de graduação, e sempre com o olhar mais atento na área em que a comunidade mais necessita, por isso é de grande relevância que todos os estudantes participem das atividades de extensão.

Os estudantes devem participar da extensão universitária, considerando que, este processo vai além do crescimento acadêmico, pois permite ao estudante agir ativamente para promover mudanças na sociedade.

A extensão permite que o estudante viva a sua realidade social, se sensibilize, pense, planeje e transforme a sociedade, mesmo que atinja um pequeno grupo social, este estará ensinando e aprendendo, imbuído do interesse de transformar a realidade num espaço melhor.

Segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, no art. 3º:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

De acordo com essa resolução, a extensão compõe a matriz curricular e deve estar presente na universidade, sendo interdisciplinar. Significa que não pode trabalhar com as disciplinas separadas, pois uma tem relação ou responde pela outra, permitindo ao estudante produzir e significar o seu conhecimento.

Segundo o art. 7º da meta 12.7 do PNE 2014-2024, são consideradas atividades de extensão “as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.” (BRASIL, 2014)

Sendo assim, para ser considerado projetos de extensão precisa de ações de inclusão das comunidades externas, este trabalho permite contribuir com a formação dos estudantes e intervir nos assuntos/problemas sociais da comunidade.

É preciso que as universidades públicas brasileiras estejam atentas ao prazo de efetivação da extensão em todos os currículos, pois segundo o art. 19 da Resolução nº 07, de 18 de dezembro de 2018 “As instituições de ensino superior terão o prazo de até 3 (três) anos, a contar da data de sua homologação, para a implantação do disposto nestas Diretrizes.” (BRASIL, 2018, art. 19). Conforme a resolução, ainda este ano deve-se fazer acontecer essa efetivação.

3.5 A Universidade Pública na perspectiva de uma educação crítica emancipadora

Nessa seção se discute o método emancipador e do esclarecimento, com ajuda dos autores Jacques Ranciere (2002) e Immanuel Kant (2012), em uma perspectiva de uma

educação emancipadora e parte da perspectiva da universidade de formar cidadãos capazes de pensar, se sentirem sujeitos que fazem parte de uma cultura, de uma identidade.

Como a sociedade está em constante transformação e mudanças rápidas, a universidade precisa acompanhar essas mudanças por meio de pesquisas, teorias, produções e práticas.

O estudante recebe um conhecimento prévio do professor em sala de aula, mas é seu papel buscar ir além, fazer pesquisas, buscar concepções, respostas para as perguntas que forem surgindo, buscar alternativas para enriquecer seu conhecimento.

A Universidade Pública precisa ter importância para a sociedade, pois esta não está separada da sociedade. A universidade está na sociedade por isso deve estar constantemente observando e diagnosticando a sociedade, buscando formas para contribuir com os desafios apresentados. A instituição de ensino superior deve retribuir a sociedade por meio do ensino, pesquisa e extensão.

No texto de Jacques Rancière (2002), “o mestre ignorante”, o autor explica o método emancipador, que direciona não somente a sala de aula, mas toda a sociedade. O termo “mestre” que Rancière explica, não é o mestre redentor de todo o conhecimento, ou o padrão que impõe regras aos seus trabalhadores, mas é aquele mestre pesquisador, questionador que dialoga com o conhecimento e procura as razões com “coragem de usar sua própria mente”.

Conforme o método universal explicado por Rancière e desenvolvido por Joseph Jacotot, este é um método emancipador, em que o professor que tem conhecimento compartilha com os estudantes, tem a intenção de provocá-los, para que estes busquem o conhecimento racional, busquem em fontes confiáveis e que possam sempre desconfiar do que ouçam.

Para Kant (2012), quando o homem busca o conhecimento este livra-se da imaturidade, caminha seguro, pois sua mente está livre da opressão. Por isso, a importância do conhecimento científico, do conhecimento da razão, que vem por meio da pesquisa, pois quando o sujeito chega a algum entendimento, este é responsável por compartilhar com os outros.

Nós, sujeitos, precisamos parar de acreditar naquilo que só ouvimos, continuar acreditando em apenas uma versão de um fato, precisamos buscar o esclarecimento das coisas e dos fatos e a leitura reflexiva é um dos caminhos a serem percorridos.

Segundo Kant (2012), o homem sábio é aquele que:

[...] enquanto estudioso, tem completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas as suas idéias, cuidadosamente examinadas e bem intencionadas, sobre o que há de errôneo naquele credo, e expor suas propostas no sentido da melhor instituição dos assuntos [...].(KANT, 2012, p. 148)

Conforme Kant (2012), aquele que estuda é livre e tem o compromisso de compartilhar o seu conhecimentos com as pessoas, com boas intenções, expor para o público o que é falso, errado, injusto, diálogar e divulgar sugestões de melhorias.

O homem precisa de orientação para andar no caminho da reflexão, “mas só aquele que é esclarecido não tem medo de sombras e tem à mão um numeroso e bem disciplinado exército para garantir a paz pública [...]”. (KANT, 2012, p. 153)

Kant (2012), explica que, aquele homem esclarecido não tem medo de argumentar, de fazer, agir, transformar, pois este tem o conhecimento como uma arma em suas mãos.

Para Jacques Rancière (2002), o segredo do mestre é aquele capaz de, “[...] saber reconhecer a distância entre a matéria ensinada e o sujeito a instruir, a distância, também, entre aprender e compreender. O explicador é aquele que impõe e abole a distância, que a desdobra e que a reabsorve no seio de sua palavra.” (RANCIÈRE, 2002, p. 18)

Conforme Rancière (2002), o mestre precisa reduzir a distância entre o sujeito e o conteúdo, o mestre não pode embrutecer o estudante. Este, emancipado, saberá da sua capacidade de aprender. Segundo o autor, a era do progresso aperfeiçou a explicação sem questionar a compreensão dos estudantes.

[...] as explicações, depois que se iniciou a era do progresso, não cessam de se aperfeiçoar para melhor explicar, melhor fazer compreender, melhor ensinar a aprender, sem que jamais se possa verificar um aperfeiçoamento correspondente na dita compreensão. (RANCIÈRE, 2002, p. 19)

O ato de ensinar é questionar, pois aquele educador que ignora o que ensina, está sujeito a diversas perguntas. A lógica do explicador embrutece e distancia quem ensina e quem aprende. Esta relação pode se dar de forma emancipatória ou embrutecedora. Neste sentido, Rancière (2002), explica:

Para emancipar a outrem, é preciso que se tenha emancipado a si próprio. É preciso conhecer-se a si mesmo como viajante do espírito, semelhante a todos os outros viajantes, como sujeito intelectual que participa da potência comum dos seres intelectuais. (RANCIÈRE, 2002, p. 44-45)

Como explica o autor, para libertar o outro é necessário primeiro libertar a si mesmo. O educador precisa se conhecer, ser um pesquisador constante, se identificar como “sujeito

intelectual”, viajar no mundo do conhecimento, buscando se capacitar cada vez mais, um ser de inteligência.

Um sujeito emancipado é liberto do pensamento opressor, este é ativo, sabe diferenciar a informação falsa da verdadeira, compreende, questiona, visualiza de forma crítica, procura a razão, sabe ensinar e aprender, dialoga com os demais, emancipa a si e aos outros. Assim explica que a consciência da emancipação é:

[...] antes de tudo, o inventário das competências intelectuais do ignorante. Ele conhece sua língua. Ele sabe, igualmente, usá-la para protestar contra seu estado ou para interrogar os que sabem, ou acreditam saber, mais do que ele. Ele conhece seu ofício, seus instrumentos e uso; ele seria capaz, se necessário, de aperfeiçoá-los. Ele deve começar a refletir sobre essas capacidades e sobre a maneira como as adquiriu. (RANCIERE, 2002, p. 47)

Como descreve Rancière (2002), o sujeito emancipado é o inverso do embrutecido. A instrução não pode significar a adequação dos sujeitos na ordem estabelecida. Emancipar potencializa o sujeito a usar a sua inteligência.

O papel do Pedagogo é ser um emancipador do conhecimento, este tem o papel de libertar as mentes ignorantes, pois pensar em uma educação emancipadora no cenário a que estamos submetidos, cheio de mazelas sociais, tais como a educação de má qualidade, desemprego, violência, falta de moradia, saúde precária, falta do saneamento básico são resultado da grande desigualdade social no Brasil.

Diante das angústias sociais, os cursos de formação de professores na UFT - Campus de Arraias, para Valadão (2018), devem ter o objetivo de:

[...] formar para uma compreensão crítica e recuperar a função social da escola são tarefas que não poderão ser esquecidas, pois, caso contrário, equivaleria a trazer para o interior da escola propostas educativas neutralizadoras do papel emancipatório da Educação pública. (VALADÃO, 2018, p. 98)

Em concordância com Valadão (2018), os cursos de formação de professores deveriam oferecer uma compreensão crítica aos formandos para poderem realizar a função social da escola que é formar para a cidadania e a emancipação do pensamento.

Os iluministas acreditavam que o esclarecimento é como uma luz que ilumina. Neste estado de luz, o sujeito sabe escolher os caminhos, enxergar a fundo, entender, observar e compreender os fatos e a se auto-avaliar. Esta imagem continua sendo inspiradora para universidades que se colocam na função de formar educadores.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Pesquisa precisa ser um elemento de análise profunda dos problemas da sociedade. Carlos Rodrigues Brandão (1990), diz que a pesquisa serve não somente para conhecer a realidade, mas para revelar os problemas sociais e serve também para intervir, pensar, agir e transformar a realidade.

Ainda segundo Brandão (1990), muitos trabalhos científicos vão para outro caminho, sendo que “o destino destes trabalhos é quase sempre as gavetas e estantes das bibliotecas universitárias onde sua tranqüilidade só será perturbada, de vez em quando, por outro estudante em busca de referências ou citações para a sua própria pesquisa.” (BRANDÃO, 1990, p. 18)

De acordo com Brandão (1990), a maioria dos trabalhos científicos não cumpre a sua função social, acabam servindo de protocolo para a obtenção do diploma. Alimentam a dinâmica interna das instituições e serve ao público interno como subsídios para novas pesquisas que tomarão o mesmo destino.

Os estudantes e professores precisam realizar pesquisas, produzir e divulgar os trabalhos científicos. E para Brandão (1990), a pesquisa participativa é “estudo e o conhecimento da realidade são também necessidades imperativas do ponto de vista dos que querem transformá-la”. (BRANDÃO, 1990, p. 19). Assim, o encontro do conhecimento teórico com o conhecimento do cotidiano, constitui a base para a produção do conhecimento científico.

Sendo assim, esta seção tem como propósito abordar os sujeitos e locais da pesquisa e os instrumentos e procedimentos para coleta de dados, obtendo assim os resultados desta pesquisa. Procurou-se fazer um mapeamento dos Projetos de Extensão da Universidade Federal do Tocantins e analisar, por meio das entrevistas com professores e comunidade, suas visões em relação à Universidade Federal, Campus de Arraias - TO.

4.1 Sujeitos e região da pesquisa

O presente estudo iniciou-se no ano de 2020 e trata-se de uma pesquisa com caráter qualitativo, pois segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização.

É exploratória, pois, de acordo com a perspectiva de Gil (2002), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”. (GIL, 2002, p. 41) Essas pesquisas podem ser classificadas como pesquisa bibliográfica.

Como explica Fonseca (2002):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32)

De acordo com Fonseca (2002), podemos perceber que a pesquisa bibliográfica é aquela que investigamos alguns documentos que abordam acerca do tema que interessamos em pesquisar, no qual encontramos informações em sites, livros, artigos publicados que oferecem subsídios para o problema da pesquisa.

Esta pesquisa tem também, características de pesquisa de campo, pois conforme Fonseca (2002), a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela efetua-se por meio de aproximações sucessivas da realidade, oferecendo contribuições para uma intervenção do real.

Assim, conforme as palavras do autor, a pesquisa procura informações no local/espço a ser pesquisado e questionado, no qual foi necessário conhecer o contexto/realidade da região do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano e fazer entrevistas e questionamentos online com os participantes e colaboradores da pesquisa.

Os sujeitos participantes da presente pesquisa, são a comunidade interna da UFT e os participantes são da comunidade de Arraias – TO, sendo docentes, técnico administrativo e comunidade. Foi utilizado também nesta pesquisa entrevistas e questionamentos online.

E para preservar a identidade dos docentes, técnico administrativo e comunidade, estes serão representados como: Técnico Administrativo (T1), Docentes (D1), (D2) e (D3), e a Comunidade como (C1), (C2), (C3), (C4) e (C5).

4.2 Instrumentos e Procedimentos para coleta de dados

Para a realização desta pesquisa, os dados foram levantados com fundamentos teóricos baseados em livros, artigos breve pesquisa sobre a região e o histórico, onde a Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias se localiza, entrevistas e questionários com questões abertas e fechadas com docentes, técnicos administrativos e comunidade.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo discute o papel social da universidade pública com a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, que busca analisar os projetos de extensão desenvolvidos na Universidade Federal do Tocantins – Campus de Arraias.

No qual destacamos alguns projetos de extensão cadastrados no SIGProj e projetos não cadastrados, como forma de reflexão sobre os mesmos. Os resultados obtidos por meio da coleta de dados que se deu a partir da aplicação de um questionário online (APÊNDICE A) com os docentes e técnicos com 14 perguntas e uma entrevista (APÊNDICE B) com a comunidade de Arraias com 11 perguntas.

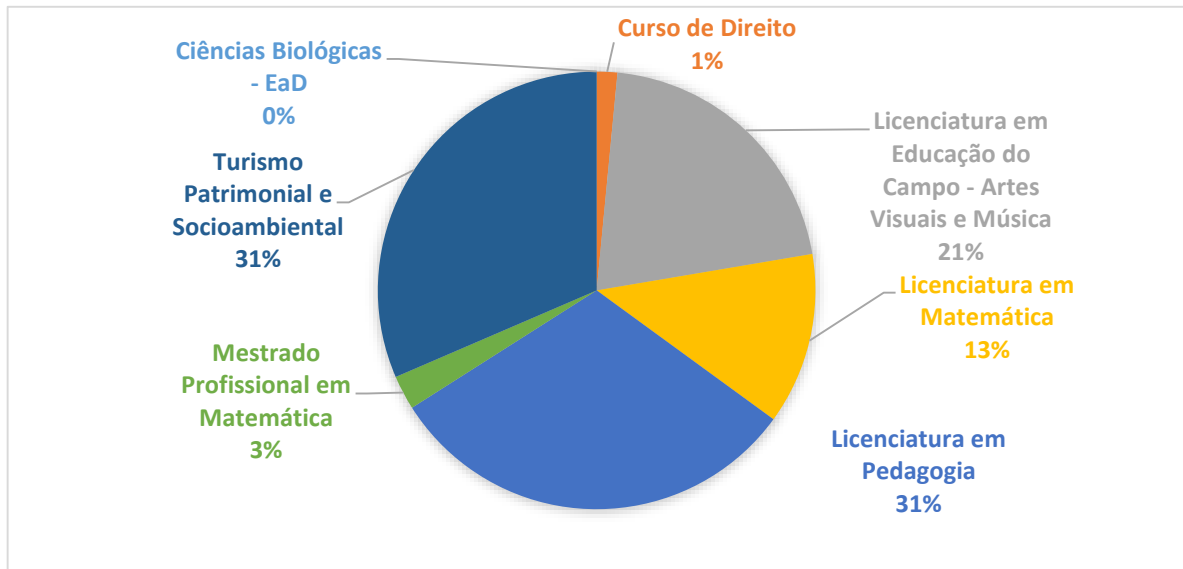
5.1 Os Projetos de Extensão da UFT Campus Arraias com a comunidade

Esta seção está dividida entre as análises dos projetos de extensão da UFT – Arraias desenvolvidos nos últimos 5 anos, trazendo algumas reflexões. Para análise dos projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade Federal do Tocantins - Campus Arraias foi necessário pesquisar no SIGPROJ os projetos desenvolvidos na UFT nos últimos cinco anos, sendo eles já cadastrados.

Segundo o site do Sistema de Informação e Gestão de Projetos (SIGProj), este tem o objetivo de “auxiliar o planejamento, gestão, avaliação e a publicação de projetos de extensão, pesquisa, ensino e assuntos estudantis desenvolvidos e executados nas universidades brasileiras.” No qual o SIGProj “está sendo desenvolvido por pesquisadores e estudantes de várias universidades brasileiras (formando uma comunidade SIGProj), sob a coordenação do Ministério da Educação (MEC).”

Conforme pesquisa realizada no SIGProj, foi possível buscar resultados de 197 projetos de extensão cadastrados na UFT - Campus de Arraias, desenvolvidos nos últimos 5 anos, sendo que estes estão divididos entre os receptivos cursos, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1. Projetos de Extensão desenvolvidos pela UFT - Campus Arraias nos últimos cinco anos divididos por cursos



Fonte: Elaborado pela autora - 2020.

É possível verificar ao analisarmos o Gráfico 1, que a maior parte dos projetos de extensão desenvolvidos na UFT – Campus de Arraias, são dos cursos de Licenciatura em Pedagogia (31%), Turismo Patrimonial e Socioambiental (31%) e a Licenciatura em Educação do Campo (21%). E os demais cursos por que não desenvolvem um projeto de extensão? Falta de recursos? Falta de demanda de estudantes? Falta de interesse? Onde fica o papel social da universidade pública perante os projetos de extensão?

A partir destes resultados pensamos que a ausência dos projetos de extensão sejam devido à falta de tempo dos docentes e técnicos administrativos, falta de recursos financeiros, visto que dependendo dos projetos de extensão requer um valor financeiro maior, por devido aos materiais, a bolsas remuneradas para os discentes e esse pode ser o motivo da grande escassez da participação dos alunos nos projetos de extensão.

Não há desinteresse dos discentes e docentes em participar dos projetos de extensão, mas sim a falta de tempo dos mesmos, pois a extensão é horas extras do ensino em que ocorre no contra turno do curso.

Dentre os projetos de extensão cadastrados no SIGProj, 143 projetos concluídos, 34 em andamento e 20 arquivados. E como forma de reflexão dos projetos de extensão

cadastrados, e desenvolvidos pela UFT, destacamos aqui alguns temas que consideramos importantes para a comunidade de arraiais, tais como:

- Uso sustentável do Patrimônio Cultural e Natural da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso – Arraiais/Paraná e o Turismo de Base Comunitária;
- Laboratório Alfabetização Dialógica e Letramento CALENU;
- GosTo - um punhado de mandioca e um bocado de cerrado (Festival Gastronômico de Arraiais);
- Palestra Aprendizagem Matemática e o Pensamento crítico e criativo na Escola;
- A escola vai à Brinquedoteca;
- Conscientização Política, Educação e Cidadania;
- Promoção à saúde do homem: necessidades, entraves e estratégias de assistência integral à saúde;
- Projeto Político Pedagógico: um documento necessário às escolas do campo;
- Jogos, brincadeiras e cantigas tradicionais em espaços escolares e não-escolares;
- Formação de Estudantes Quilombolas: Ancestralidade, Cultura, História e Identidade;
- Brinquedoteca itinerante nas escolas do campo, quilombo e cidades;
- Cine clube nas comunidades rurais;
- Ciclo de Palestras: Cidadania e Conscientização Política.

Todos estes Projetos de Extensão citados acima são projetos direcionados para a comunidade externa da universidade, com isso foi possível analisar que muitos projetos de extensão estão direcionados para a comunidade acadêmica e poucos são projetos desenvolvidos com e para a comunidade externa do campus.

Percebe-se que o Projeto Educação Popular, coordenado pelo Professor Erasmo Baltazar Valadão da UFT Campus de Arraiais, não está cadastrado no SIGProj, visto que este foi citado nos resultados do questionário online aplicado para docentes e técnicos administrativo.

Observando os projetos de extensão da UFT, são poucos que trabalham com a comunidade externa da Universidade. Há poucos projetos que atendem aos anseios da

comunidade arraiana. Segundo o art. 7º da meta 12.7 do PNE 2014-2024, são consideradas atividades de extensão “as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante.” (BRASIL, 2014)

Sendo assim, para ser considerada atividade de extensão tem que ter a participação da comunidade externa, se houver apenas o público interno como estudantes, docentes e/ou técnicos administrativos da Universidade não é considerado Extensão. Lembrando que, a atividade de extensão pode até acontecer dentro do espaço da Universidade, porém precisa da participação do público externo.

O processo precisa ser via de mão dupla em que todos saem beneficiados, pois antes de iniciar um projeto ou programa de extensão é importante a Universidade ouvir aos anseios da comunidade, olhando para a comunidade com sensibilidade, e desenvolver projetos com ela e não para ela.

O Plano Nacional de Educação da Lei nº 13.005/2014, estipula na meta 12.7 com relação à extensão universitária que deve “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.” (BRASIL, 2014)

Assim, essa normativa enfatiza a importância da Universidade desenvolver a extensão com no mínimo 10% de todo o curso de graduação, e sempre com o olhar mais atento na área que a comunidade mais necessita, por isso é de grande relevância que todos os estudantes participem das atividades de extensão, valorizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

5.2 Perspectivas da universidade em relação à comunidade

Para entender a perspectiva da Universidade com relação à comunidade, diante dos projetos de extensão desenvolvidos pela UFT – Campus de Arraias, foi aplicado um questionário online, no mês de maio de 2020. As **perguntas um e dois** são confidenciais para esta pesquisa, a **pergunta 3** não é necessário apresentar, pois houve a participação de somente um Técnico Administrativo, sendo representado como **T1**, e três Docentes, representados como **D1, D2 e D3**.

O quadro abaixo apresenta as perguntas de quatro a sete com as respostas de três docentes e um técnico administrativo. Logo abaixo trazemos a discussão de algumas respostas do questionário que merecem destaque.

Quadro 1 - Algumas perguntas sobre o desenvolvimento e cadastro dos Projetos de Extensão

Técnico Administrativo e Docentes	Pergunta 4: Nos últimos cinco anos, você criou algum Projeto de Extensão na UFT?	Pergunta 5: Os seus projetos estão vinculados a qual curso?	Pergunta 6: Todos os seus Projetos foram cadastrados?	Pergunta 7: Caso você tenha algum Projeto de Extensão que não foi cadastrado, nos conte o motivo:
T1	Sim,	A priori a nenhum curso	Sim	Todos foram cadastrados.
D1	Sim	Pedagogia	Não	Difícil lidar com o sistema de registro, confuso e burocrático.
D2	Sim	Turismo Patrimonial e Socioambiental	Não	O sistema não favorável
D3	Sim	Pedagogia	Sim	Não se aplica

Fonte: Elaborado pela autora – 2020.

Como é descrito no quadro acima, as repostas da **pergunta quatro** mostram que nos últimos anos os docentes e técnicos têm desenvolvido projetos de extensão, dos que responderam ao questionário foram somente os docentes dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Turismo Patrimonial e Socioambiental, e um técnico administrativo que não tem prioridade de curso como destaca na **cinco**.

Na **pergunta seis** podemos observar que nem todos os projetos são cadastrados no sistema SIGProj, como mostra as resposta de **D1** e **D2**. E refletindo sobre as respostas da **pergunta sete** dois docentes argumentam sobre os motivos pelos quais os projetos não estão cadastrados, sendo que o sistema é complexo para realizar cadastro, considerado burocrático, assim é necessário que os órgãos responsáveis por este sistema, como os

reitores e pró reitores de extensão devem rever, e fazer com que este sistema seja simples para fazer cadastros.

Percebe-se que o projeto deve ser cadastrado no SIGProj, porque é um instrumento utilizado pela Pró reitoria de Extensão para medir e atribuir qualidade para a atuação de extensionistas na Universidade. É importante que os projetos sejam registrados de forma correta por coordenadores, que os estudantes possam produzir relatórios, divulgar suas produções em eventos e receberem a certificação.

A **pergunta oito** que não se apresenta no quadro 1, pede para que os participantes da pesquisa citam o nome dos projetos, a data de realização e a situação atual do(s) seu(s) Projeto(s) de Extensão, assim todos responderam, porém destacamos alguns destes projetos como:

Os projetos citados por **T1** foram Libras Básico, Libras Intermediário e concluídos em 2018, Libras Avançado iniciou-se em fevereiro de 2020 e está em andamento. Os de **D1** ele cita Cine Clube 2020, Educação popular e inclusão social 2018-2019, evento “Os trinta anos da Constituição no Brasil, em 2018”. O último encerrado e os demais em andamento, paralisados pela pandemia da Covid-19.

Os projetos de **D2** “A escola vai à Brinquedoteca”, 2018, encerrado, Cine Clube, 2020, em andamento, Cine Clube: sábado no campus, paralisado. E os de **D3**, grupo de estudos “Diversidade, interculturalidade: diálogo interativo nos espaços acadêmicos,” não especificou a data e situação dos projetos.

Percebe-se que a ideia dos projetos de extensão é importante, porém muitos destes precisam ter continuação, pois quando a sociedade se transforma, novos conhecimentos e conflitos sociais vão surgindo, e o conhecimento científico devem continuar circulando pela nossa sociedade.

Vimos necessário destacar aqui as **perguntas de nove a onze**, pois as respostas à pergunta nove questiona se, “o docente ou técnico coordena o projeto sozinho” e somente o **T1** respondeu que coordena sozinho.

A **pergunta onze** questiona quantos discentes participam dos projetos de extensão, o **T1** responde que 1 discente, **D1** responde 25 discentes, **D2** responde 2 discentes e o **D3** diz que apenas 1 discente.

Há um fato a se questionar com respostas da pergunta onze, pois a maior parte das respostas demonstra que são poucos discentes que participam dos projetos de extensão. Vale questionar: Porque os estudantes não estão participando dos Projetos de Extensão?

Quais são os motivos dos estudantes não participarem destes Projetos? Os projetos são divulgados e não há interesse dos discentes?

Sendo assim, pensamos que a ausência dos estudantes nesses projetos sejam porque a universidade não recebe recebem recursos financeiros para oferecer bolsas remuneradas, visto que muitos destes estudantes trabalham em contra turno e não tem o tempo disponível para participarem dos projetos de extensão.

A **pergunta doze** questiona qual é o papel da universidade, sendo que **T1, D1, D2 e D3** responderam esta pergunta, trazendo uma concepção ampliada do papel da universidade.

Com base as respostas, estes relataram que a Universidade tem o papel de formar pessoas para além da profissão, servir a comunidade, inserir-se no contexto sócio-histórico-cultural da região e oferecer mecanismos para superar os limites construídos historicamente. E de articular as ações de resistência e construir com a comunidade local a emancipação da vida humana.

Disseram também que a universidade tem o papel de produzir, difundir e comunicar conhecimentos e a extensão é o momento que a universidade sai dos seus muros e se conecta com a comunidade. A extensão aproxima a sociedade da universidade e possibilita a devolutiva do que foi construindo no seu interior com o público externo, via professores e, principalmente, por meio dos estudantes que vão conectando os seus lugares, seus saberes e reconectando com os saberes da comunidade.

A extensão é um processo de retroalimentação que acontece entre a Universidade e a sociedade/comunidade, via professores, técnicos e principalmente estudantes, que vão trazer novas demandas para a universidade e gerar novas ligações com a sociedade.

Podemos analisar que, para a universidade cumprir com o seu papel é necessário a junção dos três pilares, sendo que o artigo 207 diz que a Universidade tem liberdade para desenvolver o seu trabalho em coletivo, sem desassociar o ensino, a pesquisa e a extensão.

Nenhuma base é mais importante do que a outra, todas devem ser trabalhadas no mesmo grau. A extensão complementa o ensino e a pesquisa, e todos são importantes para a formação da comunidade interna e externa da Universidade.

Na **pergunta treze**: “Você acredita que os Projetos de Extensão da UFT têm contribuído com a comunidade?” Todos responderam que sim, visto que todos percebem que os Projetos de Extensão da UFT têm contribuição social, melhora a qualidade de vida da comunidade, professores, técnicos e estudantes, sendo que a extensão é um momento de troca de conhecimento em que todos saem ganhando.

E para finalizar a análise do questionário aplicado para os Docentes e Técnico Administrativo da UFT – Campus Arraias, a **pergunta quatorze** sugere que estes participantes cite temas de projetos que a UFT poderia desenvolver com a comunidade.

Assim, os temas sugeridos foram projetos como: Educação Popular; discutir os direitos humanos, trabalhistas, território; Educação emancipatória, com metodologias ativas para a educação básica, leitura, atividade de integração e lazer; valorizar a Música, Arte, Patrimônio Cultural.

E outros projetos como: Educação Patrimonial, Educação financeira, Prostituição, Trabalho infantil, Higiene pessoal, Afirmção da cultura e da identidade, trazer os mestres de saberes para a universidade, construções alternativas, gastronomia, serviços de recepção, garçom, hospedagens alternativas, cooperativismo, associativismo, metodologias participativas, Tecnologias Sociais, inovação, empreendedorismo social, participação, representação da Mulher e Leitura Literária nas escolas.

Por meio da aplicação do questionário online com docentes e técnico administrativo, foi possível perceber que, a UFT- Campus de Arraias, ainda precisa desenvolver mais projetos de extensão voltados para a comunidade externa da universidade e pensar na grande demanda da sociedade, sendo voltados para os conflitos que a sociedade enfrenta hoje.

Estes projetos de extensão precisam da participação dos estudantes, visto que poucos têm o interesse de participar, além disso, é necessária a intervenção dos docentes e técnicos administrativos para orientar e avaliar o desenvolvimento dos estudantes e comunidade. O sistema do SIGProj deve ser revisado, visto que os docentes e técnicos estão tendo dificuldades em cadastrar os seus projetos e emitir certificados.

O papel da universidade vai além da extensão, pois a extensão só acontece quando há a junção de ensino e pesquisa, nenhum destes três tripés devem ser trabalhados de forma separada, todos tem a sua função social, sendo assim o papel da universidade é tornar-se autônoma, emancipatória e democrática.

5.3 Perspectivas da comunidade em relação à Universidade

Para entender a perspectiva da comunidade em relação à universidade por meio dos projetos de extensão desenvolvidos pela UFT- Campus de Arraias, foi feita uma entrevista no mês de outubro de 2020, tomando todas as medidas preventivas para não contaminação da

Covid-19. A comunidade está representada como **C1, C2, C3, C4 e C5**. As **perguntas um e dois** são de sigilo para esta pesquisa por conter dados pessoais dos participantes da pesquisa.

A **pergunta três** refere-se ao entrevistado, perguntando se este faz parte da Universidade Federal do Tocantins ou não, **C1, C2 e C5** responderam que não, porém **C5** já estudou na UFT. **C3 e C4** fazem parte da universidade.

A **pergunta quatro** foi: “Você já participou ou participa de algum Projeto de Extensão na UFT? Se sim, qual ou quais?”, como resposta **C1, C2, C3 e C4** responderam que sim, e **C5** respondeu que não. **C1 e C2** participaram do Projeto de Extensão “Educação Popular”, já **C3 e C4** participaram da Residência Pedagógica; Letramento e Alfabetização da Aprendizagem para Jovens e Adultos e Laboratório Dialógico de Letramento e Alfabetização (CALENU).

A **pergunta cinco** questiona aos entrevistados como eles consideram a qualidade do Projeto(s) de Extensão da UFT, para **C1, C3, C4 e C5**, os projetos são “ótimos”, mas para **C2** o projeto Educação Popular que o mesmo participou qualifica como “bom” e argumenta dizendo que o projeto parou, por isso ficou ruim.

A **pergunta seis** foi: “O Projeto que você participou ou participa foi concluído? Qual ou quais?” **C1** respondeu que o Projeto de Educação Popular ainda não concluiu, mas parou por causa da pandemia. **C2** responde que não concluiu, eu já aprendi a ler e a escrever algumas coisas, mas como veio a pandemia o projeto não continuou e se voltar eu não sei se vou continuar, o Projeto é da Educação Popular. **C3 e C4** responderam que sim, foram concluídos, estes projetos foram o CALENU, Residência Pedagógica e Letramento e Alfabetização da aprendizagem para jovens. E **C5** responde que não participou.

Foi possível perceber que o Projeto Educação Popular foi um dos mais comentados durante a entrevista, pois este visa amenizar a situação de analfabetismo no município, porém, quando veio a pandemia da Covid-19, o projeto teve que ser interrompido, com isso, para continuar com este e outros projetos de extensão que são importantes para a sociedade à universidade terá um trabalho grande e efetivo de mobilização pós pandemia para resgatar a comunidade para continuarem nos projetos.

Assim como aconteceu com este projeto, acontece quando se encerra um projeto de extensão desenvolvido para a sociedade, pois muitos começam a evoluir e seu progresso é interrompido. Projetos que trabalham com a Educação Popular precisam ter seguimento, pois um projeto de dois anos de duração não consegue atender toda a demanda da comunidade e da região.

Na **pergunta sete** foi: “Que contribuição os Projetos da UFT somaram para a sua vida?” Refletindo nas respostas, houve benefícios para a vida daqueles que participaram do projetos de extensão, **C1** pontuou que com Projeto da Educação Popular deu progresso para sua vida, facilitou no seu dia a dia, pois hoje consegue ler as caixas de remédios, entrar no supermercado e poder ler as embalagens dos produtos e entre outras coisas.

Vale destacar que, durante a entrevista foram surgindo outras perguntas, sendo que **C1** responde que era um sujeito analfabeto, que tem 45 anos, antes do projeto da educação popular não sabia ler, nem escrever, não conhecia as letras e isso dificultava em seu dia a dia, hoje **C1** pensa em tirar Carteira de motorista. Vemos o grande progresso na vida deste cidadão com ajuda do Projeto de Extensão da UFT.

Para **C2** que participou do mesmo projeto do **C1**, começou a desenvolver, a conhecer as letras, mas como o projeto parou o **C2** não conseguiu aprender mais, e questiona que este projeto poderia ter acontecido com mais dias na semana.

Para **C3** e **C4** o principal benefício foi a aquisição de conhecimento e conhecer a realidade local. **C5** não participou de nenhum projeto da UFT, mas reconhece que os projetos ajudam a ampliar os conhecimentos locais e regionais.

Aqueles que fazem parte da Universidade e que executam o trabalho de extensão são os extensionistas que para Valêncio (1999), “permitiria que os campi se transformassem numa extensão da casa, da escola, dos postos de saúde, do clube, de tudo aquilo que deixou de existir, deixou de ser acessível ou deixou de ter a qualidade requerida por este público.” (VALÊNCIO, 1999, p.76)

Conforme Valêncio (1999), o trabalho de extensionista é de retribuir a sociedade com o compromisso social de dar a ela aquilo que o governo nega. Com isso podemos refletir sobre a formação de Pedagogos, pois a mesma só faz sentido quando estes decidem agir, colocar em prática, ouvir e ajudar o outro, tentar amenizar as mazelas da Educação e dos dramas provocados pela desigualdade social.

A comunidade **C3** e **C4** pontua a possibilidade que a universidade oferece em fornecer o conhecimento. Com isso, o objetivo do conhecimento é despertar no sujeito a inquietação, a busca do conhecimento, tornando-se ativo e autônomo, no qual para Freire (1983), o conhecimento é “uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção [...]”. (FREIRE, 1983, p. 16)

De acordo com o Paulo Freire (1983), o conhecimento provoca no indivíduo o questionamento, a busca, este faz com que o sujeito transforme a realidade, tornando um sujeito em ativo, que constrói e reconstrói o conhecimento.

A **pergunta oito**: “Você acredita que os Projetos de Extensão da UFT tem contribuído com a comunidade? E por que?” Todos responderam que contribui bastante, pois acreditam que a nossa comunidade precisa de ajuda, há muitas pessoas que ainda não sabem ler e nem escrever, contribuem tanto para a cidadania como para o conhecimento de normas e atitudes para viver em sociedade democrática.

Conforme as respostas da comunidade, FREIRE (1983), relata que, os projetos de extensão permite a aprendizagem mútua entre comunidade acadêmica e comunidade sociedade, um conhecimento autônomo, livre, pois aqueles que pouco sabem, tenham a oportunidade de ensinar aos que pensam que nada sabe.

Na **Pergunta nove**: “Se você tem alguma sugestão ou reclamação sobre os projetos de Extensão da UFT e comentar”. Assim, todos não tinham reclamações diante aos projetos, mas houve sugestões entre **C1** e **C2**, ambos disseram que o Projeto de Educação Popular poderia acontecer mais dias na semana para aprender mais coisas. E os projetos da Universidade deveriam ser mais divulgados para a comunidade, além de atender também as pessoas que moram no campo rural.

A **pergunta dez** foi: “Para você, qual é o Papel da Universidade Pública?” Analisando a semelhança entre as repostas dos entrevistados, eles disseram que o papel da universidade é de dar o retorno a todos da sociedade, dar o conhecimento para as pessoas, pois se a universidade é realmente pública, precisa ser acessível a todos, dar contribuições tanto comunidade e sociedade acadêmica. E ainda acrescentam que, adentrar a Universidade é não ter medo de apropriar-se do que é seu por direito.

Em concordância com a percepção da comunidade diante o papel da universidade pública, Chaui (2003), traz uma visão dizendo que a Universidade como instituição social, tem uma estrutura que atende todos os aspectos dos anseios da sociedade, em que, as pessoas têm opiniões diferentes e ações complexas em ver os conflitos da sociedade em seus diversos modos.

Sendo a universidade federal pública, deve ser constituído para o público, a partir do público e com o público, seu ensino não deve ser solto ou dissociável a realidade social, cultural dos sujeitos.

Sendo assim, conforme diz Kant (2012), o sábio é livre e tem o compromisso de compartilhar os seus conhecimentos com as pessoas, com boas intenções, expor para o

público o que é falso, errado, injusto, dialogar e divulgar sugestões de melhorias. Portanto, é por meio dos projetos de extensão que universidade se faz cumprir com o seu papel social.

A última pergunta da entrevista, **onze** sugere: a comunidade cita temas de projetos que a UFT poderia desenvolver com a comunidade. Fazendo a junção de todas as respostas da comunidade, estes sugerem que deveriam ter projetos que melhoram a situação do nosso rio, porque tem muita poluição, projetos de música, dança, cursos profissionalizantes como de pedreiro, encanador, manusear máquinas agrícolas, alfabetização, artesanato e muitos outros projetos, projetos que trabalham a questão do suicídio “Projeto Amigo da Vida”. Projetos educativos construídos na creche e na universidade. Projetos que vincule aos Poderes Públicos e outros.

Percebe-se que a comunidade sugere projetos não tão diversos da comunidade interna da UFT, porque a sociedade vivencia a cada dia conflitos social, deparam com dificuldades, pois muitos são vítimas das desigualdades sociais. A universidade Federal tem a autonomia de interferir na comunidade e desenvolver muitos destes projetos.

Pois segundo o Art. 43 da LDB de nº 9394/96, a instituição universitária deve abrir as portas para a comunidade, valorizar a amplitude de conquistas que a população já obteve e exercer o trabalho cultural, científico e técnico. E todo esse processo pode identificar a extensão universitária.

O papel de toda universidade pública é desenvolver com a sociedade o pensamento crítico emancipatório, para que este não caia nas armadilhas dos interesses da classe dominante, que não diminua a sua cultura. E que a educação não se reduza apenas ao ambiente escolar formal, mais que se expanda em toda sociedade. (SAVIANI, 2010, p.16)

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como objetivo discutir a função social da Universidade Pública com a comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano. Assim, analisamos as ações desenvolvidas pela Universidade por meio dos projetos de extensão.

Para a realização desta pesquisa, houve pesquisa bibliográfica, pesquisa exploratória e pesquisa de campo. Buscou-se por meio da pesquisa coletar dados de entrevistas e questionário online com docentes, técnico administrativo e comunidades.

Por meio desta pesquisa, foi possível verificar que, o papel da universidade pública é de desenvolver as três bases do ensino superior, sendo estes a pesquisa, o ensino e a extensão, exercer total autonomia, por meio da educação emancipatória, em que estudantes, docentes, técnicos, possam junto à comunidade construir um conhecimento mútuo, capaz de libertar os pensamentos opressores da sociedade.

A Universidade Pública Federal precisa conhecer a realidade local, onde está inserida. Entender os conflitos, as demandas e conquistas da população. Acolher a comunidade, ouvir os seus anseios e amenizar os conflitos sociais, principalmente aqueles que são fruto das desigualdades sociais.

O objeto desta pesquisa foi a Universidade Federal do Tocantins, Campus Prof. Dr. Sergio Jacintho Leonor, buscando entender o seu histórico, o porquê de sua criação e entender os seus objetivos, pois a universidade está situada numa região marcada por acontecimentos históricos passados, como o processo de escravização, deixando a marca da exclusão social, além dos processos de subjetivação a que esta população ainda vive.

Como problema de pesquisa, buscou-se compreender a distância entre a Universidade Federal do Tocantins-Campus Arraias com a comunidade. A distância resulta da falta de trabalho de extensão e da desarticulação deste trabalho. A pesquisa revelou que há pouca extensão voltada para as comunidades da região e pois há muito trabalho disfarçados de projetos de extensão mas que são projetos de pesquisas.

Com a pesquisa tornou-se possível perceber que os docentes, técnicos e comunidade, sabem do papel social da universidade, compreendem que a universidade tem o papel de contribuir com a comunidade. Porém, ainda há poucos projetos de extensão desenvolvidos na comunidade, não obstante apontarem para as demandas da comunidade local.

Assim, devemos questionar: Se o papel da universidade é atender as necessidades da comunidade, onde está a comunidade nos projetos de extensão? Por que os projetos se

encerram e não há um novo procedimento, já que este tem trazido benefícios à comunidade? Há desinteresse da sociedade em participar dos projetos de extensão?

Acredita-se que os projetos de extensão não estão chegando a comunidade pois devido a desarticulação deste trabalho, uma vez que os projetos de extensão estão sendo confundidos com os projetos de pesquisa.

E pelo fato dos projetos de extensão não haver continuação, isso pode ocorrer devido o prazo de realização para cada projeto, pois para começar um novo projeto de extensão é recomendado fazer um novo cadastro no SIGProj que requer tempo para ser liberado, no qual muitos docentes acabam desistindo cadastrar os projetos de extensão.

Assim, não há desinteresse da comunidade, uma vez que os projetos as beneficiam, o que falta são projetos de extensão que atendam às suas necessidades sociais da comunidade. Além disso, os projetos de extensão precisam ser divulgados e se estender por toda região do Sudeste Tocantinense e Nordeste Guianense.

A Universidade Federal do Tocantins do Campus de Arraias, terá que enfrentar grandes desafios pela frente, um deles é promover projetos de extensão que ocorra em prol da comunidade, pois se na universidade há cursos de licenciatura e boa parte da comunidade é analfabeta, seu papel cabe alfabetizá-los, desenvolver a leitura e a escrita, promover projetos matemáticos, projetos que atendam o grupo de crianças, jovens e adultos.

O curso de Pedagogia pode ampliar o projeto de Educação popular, criar projetos de alfabetização de crianças. O curso de Educação do Campo podem estar levando para a comunidade oficinas de Artes e Músicas, de todas as faixas etárias, assim, estará atendendo também jovem que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ocupando o tempo desses jovens aprendendo a tocar instrumentos e a se expressar por meio das Artes.

O Curso de Matemática, pode desenvolver nas escolas e na comunidade cálculos matemáticos que ajudam melhor as pessoas nas tarefas do dia a dia. O curso de Turismo pode mostrar para comunidade as riquezas existentes na região e incentivá-los e preservar o que temos de patrimônio histórico, além de promover com a comunidade visitas há pontos que tem potencial turístico em nossa região.

Como de direito pode discutir com a sociedade sobre os direitos éticos de cada cidadão, e mostrar quais são os nossos direitos e deveres e como lutar por eles. O curso de Biologia pode aproveitar o laboratório presente no Campus da Unitins para promover aulas de Biologia para a comunidade, conteúdos que a comunidade não sabem sobre a natureza biológica.

A participação dos estudantes nos projetos de extensão trazem contribuições pessoais e profissionais, pois este trabalho permite fazer diálogos entre ensino-pesquisa, teoria-prática,

produzir e divulgar conhecimentos, torna o homem mais solidário e humano, e outros. Sendo assim, os projetos de extensão não estão somente para somar com a formação acadêmica, mas para beneficiar a todos.

A única distância que existe entre a universidade e comunidade são as ações políticas, assim, a universidade precisa se transformar, chamar atenção dos estudantes para participarem dos projetos de extensão, pois se cada estudante universitário participar de um projeto de extensão a cada semestre já é um avanço profissional e principalmente social. E que toda ação extensionista seja capaz de desenvolver o senso crítico da comunidade.

Com isso, esperamos que esta pesquisa possa contribuir com os profissionais da Educação Superior, Estudantes e Comunidade, que estes possam compreender a função social da universidade pública, reivindicar seus direitos e melhorar suas práticas de ensino enquanto extensão universitária.

Assim, esta pesquisa atendeu aos objetivos propostos, por meio das leituras e coleta de dados com os docentes, técnicos administrativos e comunidade foi possível perceber o feito e ainda o que há por fazer. Este trabalho sinaliza para a necessidade de investigação futura com outros estudos voltados aos projetos extensão desenvolvidos na comunidade.

Sem extensão há comprometimento na qualidade de ensino e pesquisa, afetará o sentido dos cursos da UFT, Campus de Arraias, voltados à formação de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. (Série legislação; n. 125). Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

_____. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2014 e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=3>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

_____. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **O que é educação**. 49. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

CARVALHO, Sônia Marise Sales. **REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/download/24317/21593>>. Acesso em: 09 de março de 2020.

CHAUI, Marilena de Souza. 2003. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação, Setembro-Dezembro.

CONEXÃO TOCANTINS. **No Tocantins 102 mil pessoas vivem abaixo da linha de extrema pobreza maior índice desde 2012**. 2019. Disponível em: <<https://conexaoto.com.br/2019/11/07/no-tocantins-102-mil-pessoas-vivem-abaixo-da-linha-de-extrema-pobreza-maior-indice-desde->>

2012#:~:text=Entre%20todos%20os%20Estados%20do,15%C2%BA%20com%20a%20maior%20propor%C3%A7%C3%A3o.&text=Conforme%20o%20estudo%2C%2031%2C5,abaixo%20da%20linha%20de%20pobreza.>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

COSTA, Magda Suely Pereira. **Poder Local Tocantins: domínio e legitimidade em Arraias**. 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1863>>. Acesso em 12 de janeiro de 2021.

DICIONÁRIO CONTEMPORÂNEO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Novíssimo Aulete**. 2011.

DOURADO, Luiz Fernandes. **REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NOS ANOS 90**. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

_____. **POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: MÚLTIPLAS REGULAÇÕES E REFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**. 2008. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1096.pdf>>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

FARIAS, Marizeth Ferreira. **Universidade Federal do Tocantins (Campus de Arraias): história, expansão e perspectivas atuais**. 2013. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/1101/1/MARIZETH%20FERREIRA%20FARIAS.pdf>>. Acesso em: 09 de novembro de 2020.

FUNDAR, **Reflexão sobre Universidade**, Complemento RIBEIRO, Darcy, folha 2.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Extensão ou Comunicação?** 7º ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983. Disponível em: <<https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Extensao-ou-Comunicacao-1.pdf>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2020.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?** 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

INEP 2019. **Censo da educação superior mostra aumento de matrículas no ensino a distância**. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e>>

pesquisa/2020/10/censo-da-educacao-superior-mostra-aumento-de-matriculas-no-ensino-a-distancia>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

IBGE. **Arraias**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/arraias.html>>. Acesso em: 04 de maio de 2020.

IBGE, **Arraias**. 2020. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/arraias.html>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2021.

JARDIM, Elâine **Jornal do Tocantins. Taxa de desemprego no Tocantins não tem diminuição significativa em 2019 - Jornal do Tocantins**. 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/economia/taxa-de-desemprego-no-tocantins-n%C3%A3o-tem-diminui%C3%A7%C3%A3o-significativa-em-2019-1.1961852>> Acesso em: 01 de março de 2020.

KANT, Immanuel. **Resposta à Questão: O que é Esclarecimento?**. 2012. Disponível em: <<https://ken.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/viewFile/11661/8392>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

MAIA, Maria Zoreide Britto. **Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins – Unitins**. Goiânia. 2011. 297f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal e Goiás. Disponível em:<<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1080>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

MARTINIANO, Ester Paula. **Contribuições das Produções Acadêmicas da UNITINS para o Campo Educacional, no Período de 1991 a 2003, em Arraias**. Arraias. 2018. Monografia (graduação em Pedagogia). Universidade Federal do Tocantins.

MEC. **Presidente Lula entrega campi de universidades e institutos federais**. 2010. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/16096-presidente-lula-entrega-campi-de-universidades-e-institutos-federais>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

_____. **Instituições da Rede Federal**. 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

NÓBREGA, Wanja. **Jornal do Tocantins. Tocantins tem quase 130 mil analfabetos acima de 15 anos**. 2017. Disponível em: <<https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/tocantins-tem-quase-130-mil-analfabetos-acima-dos-15-anos-1.1423690>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

RACIERE, Jacques. **O mestre ignorante** Cinco lições sobre a emancipação intelectual. 2002. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/404231/Jacques+Ranci%C3%A8re+O+mestre+ignorante.pdf>>. Acesso em: 30 de dezembro de 2020.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília**. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54635762/Texto_6_RIBEIRO_Universidade_de_Brasilia.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

_____. **A universidade necessária**. 1975. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 313 p.
REZENDE, M.J.

ROCHA, Aurélio. **A Universidade e a sua função como instituição social**. 2012. Disponível em: <https://www.codesria.org/IMG/pdf/9-_Rocha.pdf> Acesso em: 08 de março de 2020.

SAVIANI, Dermeval. **A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES**. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 02 de novembro de 2020.

VALADÃO, Erasmo Baltazar. **A INSERÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS NO CAMPUS DE ARRAIAS: conhecimento, oportunidade e inclusão social**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32437/1/2018_ErasmoBaltazarValad%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 05 de junho de 2019.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva. Nº 83 Dezembro/Fevereiro de 1999/0072. **A indissociabilidade entre Ensino/ Pesquisa/Extensão: verdades e Pesquisa/Extensão: verdades e mentiras sobre o pensar e o fazer mentiras sobre o pensar e o fazer da Universidade Pública no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1346/210.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 10 de novembro de 2019.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO ONLINE PARA OS DOCENTES E TÉCNICOS DA UFT

PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS CAMPUS DE ARRAIAS

Sou a estudante Jéssica da Cunha e Silva Braga, curso o nono período do curso de Pedagogia, faço parte do comitê de extensão e estou levantando os projetos de extensão do nosso campus. Concomitante a este trabalho estou desenvolvendo minha monografia de TCC, cujo o orientador é o Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão. O tema da pesquisa é: O Papel Social da Universidade Pública com a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, no qual o objetivo é analisar as ações desenvolvidas pela universidade por meio dos projetos de extensão. Contamos com a participação de vocês.

1. Escreva seu nome completo:
2. Escreva o seu e-mail:
3. Você é:
 - () Técnico Administrativo
 - () Docente
4. Nos últimos cinco anos, você criou algum Projeto de Extensão na UFT? Se sim, qual ou quais?
5. Os seus projetos estão vinculados a qual curso?
6. Todos os seus Projetos foram cadastrados?
 - () Sim
 - () Não
7. Caso você tenha algum Projeto de Extensão que não foi cadastrado, nos conte o motivo:
8. Escreva abaixo o nome do projeto a data de realização e a situação atual do(s) seu(s) Projeto(s) de Extensão:
9. Você coordena o projeto em equipe ou sozinho?
10. Se coordena em equipe quem faz parte e quais as funções que ocupam?
11. Discentes participam do(s) seu(s) Projeto(s)? Quantos discentes?
12. Para você, qual é o Papel da Universidade?
13. Você acredita que os Projetos de Extensão da UFT tem contribuído com a comunidade?
14. Sugira abaixo alguns projetos que a UFT poderia desenvolver com a comunidade:

APENDICE B - ENTREVISTA PARA A COMUNIDADE DE ARRAIAS- TO**PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARRAIAS**

Sou a estudante Jéssica da Cunha e Silva Braga, curso o nono período do curso de Pedagogia, faço parte do comitê de extensão e estou levantando os projetos de extensão do nosso campus. Concomitante a este trabalho estou desenvolvendo minha monografia de TCC, cujo o orientador é o Prof. Dr. Erasmo Baltazar Valadão. O tema da pesquisa é: O Papel Social da Universidade Pública com a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano, no qual o objetivo é analisar as ações desenvolvidas pela universidade por meio dos projetos de extensão. Contamos com a participação de vocês.

1. Qual é o seu nome completo:
2. Qual é o seu e-mail:
3. Você é:
 Faço parte da Universidade Federal do Tocantins
 Não faço parte da Universidade Federal do Tocantins
4. Você já participou ou participa de algum Projeto de Extensão na UFT? Se sim, qual ou quais?
5. Como você considera a qualidade do Projeto(os) de Extensão da UFT?
 Ruim
 Regular
 Bom
 Ótimo
6. O Projeto que você participou ou participa foi concluído? Qual ou quais?
7. Que contribuição os Projetos da UFT somaram para a sua vida?
8. Você acredita que os Projetos de Extensão da UFT tem contribuído com a comunidade? E por que?
9. Se você tem alguma sugestão ou reclamação sobre os projetos de Extensão da UFT, comente:
10. Para você, qual é o Papel da Universidade Pública?
11. Sugira temas de projetos que a UFT poderia desenvolver com a comunidade:

ANEXO A - TERMO DE CONCORDÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS DE ARRAIAS

Estamos realizando a pesquisa intitulada “O Papel Social da Universidade Pública com a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano”, que tem como objetivo principal, de observar os projetos desenvolvidos pela universidade com a comunidade e averiguar se os mesmos estão fazendo sentido para a comunidade. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo nesta instituição. Também será utilizado um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE) para cada participante.

A coleta de dados envolverá o questionário online com os participantes, realizadas pela pesquisadora. Todos os envolvidos serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução n. 196/96 do CNS. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Todo material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador assistente e após cinco anos será destruído. Dados individuais dos participantes, coletados ao longo do processo, não serão informados à instituição envolvida, mas deverá ser realizada uma devolução dos resultados, de forma coletiva, para a instituição, se for assim solicitado. Através deste trabalho, esperamos aumentar o conhecimento científico para a área de educação.

Agradecemos a colaboração dessa instituição para a realização desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Responsáveis:

Erasmu Baltazar Valadão (Orientador)
E-mail: erasmovaladão@mail.uft.edu.br

Jéssica da Cunha e Silva Braga (Pesquisadora)
E-mail: jessicabraga@uft.edu.br

Arraias- TO, ____ de outubro de 2020.

Concordamos em participar do presente estudo.

Nome do responsável legal: _____

Assinatura: _____

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Resolução nº 196/96 – CNS

O(a) senhor(a) _____ está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “O Papel Social da Universidade Pública com a Comunidade do Sudeste do Tocantins e Nordeste Goiano”, que tem como objetivo que tem como objetivo principal, de observar os projetos desenvolvidos pela universidade com a comunidade e averiguar se os mesmos estão fazendo sentido para a comunidade. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação em Pedagogia, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cujos resultados poderão servir de subsídios para a discussão no Comitê de Extensão da UFT Campus de Arraias. A pesquisa tem término previsto para Novembro de 2020.

Informamos que suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade estará assegurada com a substituição de seu nome. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Todo material desta pesquisa ficará sob a responsabilidade do pesquisador e após cinco anos será destruído.

Sua participação é voluntária. Portanto, a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, sem nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição em que trabalha. Sua participação consistirá em autorizar a análise das respostas ao questionário online, que contem perguntas abertas e fechadas, realizadas pelo(a) pesquisador(a).

Informamos ainda que o(a) senhor(a) não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Por ser anônima e confidencial, sua participação no projeto não apresenta riscos à sua pessoa. O benefício relacionado à sua participação será de ampliar o conhecimento científico sobre a área de educação. O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste Termo, onde consta o e-mail dos pesquisadores responsáveis, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação, agora ou a qualquer momento.

Destacamos, ainda, os dados da coordenação do curso de Pedagogia, na UFT campus de Arraias, para que o(a) senhor(a) possa também acioná-la agora ou a qualquer momento, caso queira fazer alguma notificação sobre o que considera como irregularidade de natureza ética nesta pesquisa.

Desde já agradecemos sua disponibilidade e atenção!

Responsáveis:

Erasm Baltazar Valadão (Orientador) Jéssica da Cunha e Silva Braga (Pesquisadora)

E-mail: erasmvaladao@mail.uft.edu.br

E-mail: jessicabraga@uft.edu.br

Arraias- TO, ____ de outubro de 2020.

Declaro estar ciente do teor deste TERMO e estou de acordo em participar do estudo proposto.

Sujeito da Pesquisa

Nome completo: _____

Assinatura: _____